

# O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro

Legado em Transformação



Organização Internacional do Trabalho  
Programa Internacional para Eliminação  
do Trabalho Infantil - IPEC



O trabalho infantil  
no ramo agrícola brasileiro



Legado em Transformação

*O trabalho infantil  
no ramo agrícola brasileiro*

Secretaria Internacional do Trabalho

Brasil

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2004  
1ª edição 2004

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça. Os pedidos serão bem-vindos.

O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro / Ana Lúcia Kassouf  
(coordenadora). – Brasília : OIT, 2004.  
92 p. : il., mapas, tab.

ISBN 92-2-815867-0

1. Trabalho infantil. 2. Setor agrícola. 3. Saúde e segurança no trabalho. 4. Educação. 5. PNAD. I. Kassouf, Ana Lúcia. II. Ferro, Andrea Rodrigues.

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país, ao território citado, às suas autoridades ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas, produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho. O fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

Recursos para essa publicação da OIT foram promovidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Essa publicação não reflete, necessariamente, as políticas do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. De igual maneira, a menção de marcas, produtos comerciais ou organizações não implica em qualquer forma de endosso do Governo dos Estados Unidos.

As publicações da OIT podem ser obtidas nas principais livrarias ou no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600, ou no International Labour Office, CH-1211. Geneva 22, Suíça. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima, ou por e-mail: [bravendas@oitbrasil.org.br](mailto:bravendas@oitbrasil.org.br)

Visite nossa página na Internet: [www.oit.org/brasil](http://www.oit.org/brasil)

Catlogação na Fonte: Marcos Bizerra Costa (5561) 301-1744

---

Impresso no Brasil

## **Edição**

Organização Internacional do Trabalho (OIT)  
Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)  
Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC)

## **Diretor do Escritório da OIT no Brasil**

Armand F. Pereira

## **Diretor Adjunto do Escritório da OIT no Brasil**

José Carlos Ferreira

## **Coordenador Nacional do IPEC**

Pedro Américo Furtado de Oliveira

## **Coordenação e Supervisão Geral – SIMPOC/IPEC/OIT**

Angela Martins Oliveira

## **Coordenadora do Estudo**

Ana Lúcia Kassouf

## **Assistente de Investigação**

Andrea Rodrigues Ferro

## **Equipe Técnica do IPEC no Brasil**

Nadir Magalhães, assistente administrativa

Paula Fonseca, assistente administrativa

## **Revisão Técnica do Estudo**

Angela Martins Oliveira, especialista sênior em estatística

Andréa Bolzon, consultora externa

## **Projeto Gráfico**

PHD Design Gráfico

## **Assistente de Arte**

Luciana Oliveira

## **Revisão de Texto**

Susana Souto

## **Fotografias**

Nicolau El-Moor





## A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A **Organização Internacional do Trabalho** foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos.

Ao longo dos anos, a OIT tem lançado, para adoção de seus Estados-membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, entre outras. A OIT desenvolve projetos de cooperação técnica e presta serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-membros.

A estrutura da OIT compreende: **Conferência Internacional do Trabalho**, **Conselho de Administração** e **Secretaria Internacional do Trabalho**. A Conferência é um fórum mundial que se reúne anualmente para discutir questões sociais e trabalhistas, adotar e rever normas internacionais do trabalho e estabelecer as políticas gerais da Organização. É composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 177 Estados-membros da OIT. Esses três constituintes estão também representados no Conselho de Administração, órgão executivo da OIT, que decide sobre as políticas da OIT. A Secretaria Internacional do Trabalho é o órgão permanente que, sob o comando do Diretor-Geral, é constituída por diversos departamentos, setores e por extensa rede de escritórios instalados em mais de 40 países. Mantém contato com governos e representações de empregadores e de trabalhadores e marca a presença da OIT em todo o mundo do trabalho.

## Publicações da OIT

A **Secretaria Internacional do Trabalho** é também instância de pesquisa e editora da OIT. Seu **Departamento de Publicações** produz e distribui material sobre as principais tendências sociais e econômicas. Publica estudos sobre políticas e questões que afetam o trabalho no mundo, obras de referência, guias técnicos, livros de pesquisa e monografias, repertórios de recomendações práticas sobre diversos temas (por exemplo, segurança e saúde no trabalho) e manuais de treinamento para trabalhadores. É também editora da *Revista Internacional do Trabalho*, em inglês, francês e espanhol, que publica resultados de pesquisas originais, perspectivas sobre novos temas e resenhas de livros. O Escritório da OIT no Brasil edita seus próprios livros e outras publicações, bem como traduz para o português algumas publicações da Secretaria Internacional do Trabalho.

As publicações da OIT podem ser obtidas no Escritório da OIT no Brasil, Setor de Embaixadas Norte, lote 35, Brasília (DF), 70800-400, tel (61) 2106-4600, ou na sede da Secretaria Internacional do Trabalho: CH-1211, Genebra 22, Suíça. Catálogos e listas de novas publicações estão disponíveis nos endereços acima ou por e-mail: [bravendas@oitbrasil.org.br](mailto:bravendas@oitbrasil.org.br).

Visite nossa página na Internet: [www.oit.org/brasil](http://www.oit.org/brasil)



# Sumário

Resumo executivo.....	14
Introdução.....	15
1. O setor agrícola brasileiro.....	20
Dados.....	31
1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001.....	31
2. Ramos de atividades.....	32
Análise dos dados.....	35
1. Informações gerais.....	35
2. Atividades perigosas e acidentes de trabalho.....	42
3. Características do trabalho.....	53
4. Escolaridade.....	71
Conclusão.....	85
Referências bibliográficas.....	88

# Gráficos

Gráfico 1 - Porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos e de 16 e 17 anos trabalhando no ramo agrícola, no total da população nessas faixas etárias - 1992, 1995, 1998 e 2001.....	17
Gráfico 2 - Porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos e de 16 e 17 anos trabalhando no ramo agrícola, no total de pessoas trabalhando nessas faixas etárias - 1992, 1995, 1998 e 2001.....	18
Gráfico 3 - Porcentagem de pessoas em diferentes ramos de atividade, por faixa etária - 2001.....	19
Gráfico 4 - PIB da agropecuária e do agronegócio em R\$ bilhões - 2002.....	30

# Mapas

Mapa 1 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da Federação - café - 1996.....	23
Mapa 2 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da Federação - arroz em casca - 1996.....	23
Mapa 3 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da Federação - milho em espiga - 1996.....	24
Mapa 4 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da Federação - feijão em grão - 1996.....	25

Mapa 5 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da Federação - mandioca - 1996.....	25
Mapa 6 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da Federação - fumo em folha - 1996.....	26
Mapa 7 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da Federação - banana - 1996.....	26

## Tabelas

Tabela 1 - Número de pessoas trabalhando no ramo agrícola, trabalhando em geral e na população, por ano, sexo e faixa etária - 1992, 1995, 1998 e 2001.....	16
Tabela 2 - Taxas anuais médias de crescimento das áreas cultivadas, produtividades, produções e preços recebidos de 23 produtos - 1989/99.....	21
Tabela 3 - PIB e percentual do PIB total, por setor e por regiões do Brasil, em R\$ bilhões - 2000.....	28
Tabela 4 - Exportações e importações brasileiras, em US\$ milhões - 1992, 2001 e 2002.....	29
Tabela 5 - Divisão dos ramos de atividades, de acordo com o IBGE - 2001.....	32
Tabela 6 - Total de crianças de 5 a 15 anos e 16 a 17 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento na população, por situação do domicílio e sexo - 2001.....	35
Tabela 7 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos trabalhando, de acordo com o ramo de atividade, por sexo - 2001.....	36
Tabela 8 - Número de crianças e jovens no ramo de atividade agrícola e porcentagem de crianças e jovens trabalhando no ramo agrícola, no total trabalhando, por sexo e idade - 2001.....	37
Tabela 9 - Número total e proporção de crianças de 5 a 15 anos no ramo de atividade agrícola, no total trabalhando, por região, unidade da federação e sexo - 2001.....	39
Tabela 10 - Proporção de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com as principais atividades agrícolas desenvolvidas, por região - 2001.....	41
Tabela 11 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o ramo de atividade, por cor/raça - 2001.....	42
Tabela 12 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com o ramo de atividade - 2001.....	43
Tabela 13 - Porcentagem de crianças trabalhando que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho, no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com o ramo de atividade e a faixa etária - 2001.....	44
Tabela 14 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, que utilizava ferramenta, produto químico, equipamento de proteção e que recebeu treinamento para evitar acidente, por ramo de atividade - 2001.....	45
Tabela 15 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o principal equipamento de proteção utilizado nesse trabalho, por ramo de atividade - 2001.....	45

Tabela 16 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho, no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com tipo de machucado ou doença, por ramo de atividade - 2001.....	46
Tabela 17 - Número, freqüência e proporção de crianças de 5 a 15 anos trabalhando e que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho, no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com as principais atividades agrícolas desenvolvidas - 2001.....	47
Tabela 18 - Cobertura, gastos em milhões de reais e gastos per capita em reais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - 1996-2001.....	48
Tabela 19 - Número e proporção de pessoas de 5 a 13 anos e de 14 a 17 anos em atividades perigosas no Brasil, por ocupação, selecionando algumas atividades agrícolas - 2001.....	52
Tabela 20 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos no trabalho, na semana de referência, em empreendimento do ramo agrícola, por posição na ocupação e por sexo - 2001.....	53
Tabela 21 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o número de horas de trabalho na semana - 2001.....	54
Tabela 22 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificado pelo salário mínimo mensal, por ramo de atividade - 2001.....	54
Tabela 23 - Proporção de crianças de 5 a 15 anos que não recebem rendimentos pelo trabalho exercido, de acordo com as principais atividades agrícolas desenvolvidas - 2001.....	55
Tabela 24 - Rendimento por hora de trabalho de crianças de 5 a 15 anos e tamanho da amostra, de acordo com as principais atividades agrícolas desenvolvidas - 2001.....	56
Tabela 25 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por ramo de atividade* - 2001.....	57
Tabela 26 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos trabalhando na agricultura contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por região - 2001.....	58
Tabela 27 - Valor médio do salário mensal das crianças de 5 a 15 anos trabalhando na agricultura, renda mensal média das famílias com filhos de 5 a 15 anos trabalhando na agricultura e renda mensal média da família per capita, por região* - 2001.....	58
Tabela 28 - Posição da ocupação de crianças de 5 a 15 anos, no trabalho que tinham, na semana de referência, em empreendimento do ramo agrícola, por região - 2001.....	59
Tabela 29 - Total de contratos e total financiado por finalidade e modalidade agrícola do PRONAF em reais no Brasil - 2001.....	61
Tabela 30 - Quantidade de produtores atendidos e recursos despendidos com crédito rural do PRONAF - 2001.....	62
Tabela 31 - Quantidade de famílias beneficiadas e recursos despendidos com investimento em infra-estrutura do PRONAF - 2001.....	64
Tabela 32 - Número e porcentagem de pessoas que responderam as questões da pesquisa - 2001.....	67
Tabela 33 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam, de acordo com o	

Tabela 34 - Porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam, de acordo com os motivos de insatisfação no trabalho, por ramo de atividade - 2001.....	68
Tabela 35 - Salário médio por hora em reais recebido por todas as crianças de 5 a 15 anos trabalhando e pelas insatisfeitas com o trabalho, por ramo de atividade - 2001.....	69
Tabela 36 - Porcentagem de adultos de 30 a 60 anos que trabalhavam nos diferentes ramos de atividade, de acordo com a idade em que começaram a trabalhar - 2001.....	69
Tabela 37 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam por vontade própria ou a pedido dos pais - 2001.....	70
Tabela 38 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que moram com o pai e a mãe, só com a mãe ou só com o pai, por ramo de atividade - 2001.....	71
Tabela 39 - Porcentagem de trabalhadores de 10 a 15 anos analfabetos, por ramo de atividade - 2001.....	71
Tabela 40 - Número médio de anos de estudo de trabalhadores 10 a 15 anos, por ramo de atividade - 2001.....	72
Tabela 41 - Número e porcentagem de crianças trabalhando no ramo agrícola que freqüentam as escolas ou creches, por idade - 2001.....	72
Tabela 42 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que só trabalham e que trabalham e estudam, por ramo de atividade - 2001.....	73
Tabela 43 - Total de escolas que oferecem Ensino Fundamental e número de escolas que possuem microcomputadores, por situação do domicílio no Brasil - 2001 e 2002.....	73
Tabela 44 - Funções docentes (professores) do ensino fundamental com curso superior completo, por situação do domicílio no Brasil - 2001 e 2002.....	74
Tabela 45 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, em famílias com renda de até 0,5 salário mínimo mensal per capita, que recebem programa social voltado para a educação, por ramo de atividade - 2001.....	81
Tabela 46 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando, de acordo com a faixa de horas por dia que permaneceram na escola, por ramo de atividade - 2001.....	82
Tabela 47 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando, que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses, por ramo de atividade - 2001.....	82
Tabela 48 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando e que não freqüentam a escola, de acordo com o motivo principal de não freqüentarem escola, em um período de dois meses, por ramo de atividade - 2001.....	83
Tabela 49 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos em diferentes categorias - 2001.....	84



# Resumo executivo

Este estudo retrata o trabalho de crianças e jovens de 5 a 15 anos no ramo de atividade agrícola, utilizando-se dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001. Divide-se o estudo em 4 seções: 1) Introdução; 2) Apresentação dos Dados; 3) Análise dos Dados; e 4) Conclusão. Aspectos gerais do trabalho de crianças e jovens no ramo agrícola brasileiro e no mundo são apresentados na introdução, assim como é dada uma visão do ramo agrícola no país, incluindo-se informações sobre agricultura familiar, desempenho das atividades agropecuárias nos últimos anos, discussões de algumas políticas governamentais, participação do setor no PIB, bem com produção e produtividade das principais culturas. Observa-se mais de um e meio milhão de crianças de 5 a 15 anos e em torno de 712 mil jovens de 16 e 17 anos trabalhando na agropecuária no Brasil. Dentre todas as crianças e adolescentes que trabalham no Brasil, 53% dos que se encontram na faixa etária de 5 a 15 anos e 30% daqueles que têm 16 e 17 anos estão no ramo agrícola, seguido por serviços, comércio e indústria. Na seção 2, são apresentados os dados da PNAD sobre o trabalho infantil, coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001. Nesse ano, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC), financiou parte da PNAD para que nela fosse incluído um suplemento especial com informações sobre o trabalho infantil, resultando em um aumento significativo na riqueza das informações. A análise dos dados é feita na seção 3, que inclui informações gerais de crianças e jovens trabalhando no ramo agrícola, atividades perigosas e acidentes de trabalho e características do trabalho e da escolaridade. Constata-se que as regiões Nordeste e Sul têm as maiores porcentagens de crianças trabalhando no ramo agrícola. Esse ramo de atividade foi o ramo no qual se registrou a maior incidência de acidentes ou doenças devido ao trabalho. Ademais, a maior proporção de crianças analfabetas e com o menor número médio de anos de estudo desenvolve atividades agropecuárias. A última seção contém os principais resultados obtidos e algumas discussões, concluindo o estudo.



# Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo mostrar o perfil do trabalho infantil no ramo agrícola do Brasil, analisando aspectos relacionados à escolaridade, ao tipo de trabalho, ao rendimento, às atividades desenvolvidas, à renda, aos acidentes de trabalho, e a muitos outros. Para atingir tal objetivo, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, que traz um suplemento especial com dados sobre o trabalho infantil. Esse Suplemento Especial sobre Trabalho Infantil da PNAD 2001 foi financiado por meio do Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC), que é implementado pelo Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nesta análise, será dada ênfase ao trabalho de crianças e jovens de 5 a 15 anos no ramo de atividade agrícola, que inclui agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura<sup>1</sup>. Quanto ao trabalho infantil, as crianças foram consideradas trabalhadoras se tinham trabalhado na semana anterior à entrevista, ou se produziam alimento para consumo próprio, ou trabalhavam na construção para próprio uso, ou se trabalhavam, mas não estavam trabalhando naquela semana, por estarem de férias ou por terem problemas de saúde<sup>2</sup>. Dessa forma, o trabalho doméstico no próprio domicílio não está incluído nas ocupações das crianças, o que pode subestimar os resultados encontrados, principalmente no caso das meninas. Vale lembrar também que a base de dados não inclui informações da área rural da região Norte, com exceção do estado de Tocantins, o que também subestima a incidência de trabalho infantil.

O Brasil é considerado hoje um país urbano, bem diferente da realidade dos anos 50, quando a taxa de urbanização era de 36%. Em 2000, mais de 80% da população vivia na área urbana. Apesar de a população e os empregos em geral se concentrarem nas áreas urbanas, o trabalho infantil ainda tem grande proporção rural. Das crianças de 5 a 15 anos que trabalham, 53% (1.100.184) dos meninos e 46,5% (473.662) das meninas habitam o meio rural. Dos que moram no meio rural, 31% dos meninos e 14,4% das meninas trabalham. Já entre os que têm residência urbana, só 6,6% dos meninos e 3,7% das meninas trabalham. Pela Constituição Brasileira de 1988, a idade mínima para admissão no trabalho era de 14 anos. Em dezembro de 1998, foi aprovada uma emenda que estabelece como sendo 16 anos a idade mínima para trabalhar, exceto a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz. Apesar das legislações, dados de 2001 mostram que existem mais de três milhões de crianças entre cinco e 15 anos trabalhando no Brasil, o que representa 8,5% da população nessa faixa etária [PNAD (2001)]. A maioria das crianças de 5 a 15 anos que trabalham no Brasil desenvolvem atividades agrícolas.

---

<sup>1</sup> O grupo de idade de 5 a 15 anos foi selecionado para a maioria das análises, uma vez que o trabalho infantil em atividades agrícolas na zona rural se dá, sobretudo, nesse grupo etário. Na medida em que a idade aumenta, o trabalho agrícola diminui, dando lugar às atividades de serviços.

<sup>2</sup> Alguns autores consideram não só crianças trabalhando, mas também as que estão procurando emprego, isto é, as economicamente ativas.

Em um total de mais de três milhões de crianças trabalhando nessa faixa etária em 2001, mais da metade declarou ter trabalhado no ramo agrícola na semana que antecedeu a pesquisa, isto é, mais de um e meio milhão (1.665.818). Do total de crianças de 5 a 15 anos, 880.928 meninas e 2.221.094 de meninos trabalhavam no ramo agrícola em 1992, passando em 2001 a 433.119 meninas e 1.232.699 meninos (ver Tabela 1).

Em torno de 712 mil jovens de 16 e 17 anos trabalharam na agropecuária no Brasil, em 2001, representando 30% dos trabalhadores nessa faixa etária e ocupando o primeiro lugar em porcentagem de trabalhadores nessa faixa etária, entre todos os ramos de atividade. Em 1992, havia pouco mais de um milhão de trabalhadores nessa faixa etária, conforme Tabela 1.

Tabela 1- Número de pessoas trabalhando no ramo agrícola, trabalhando em geral e na população, por ano, sexo e faixa etária - 1992, 1995, 1998 e 2001

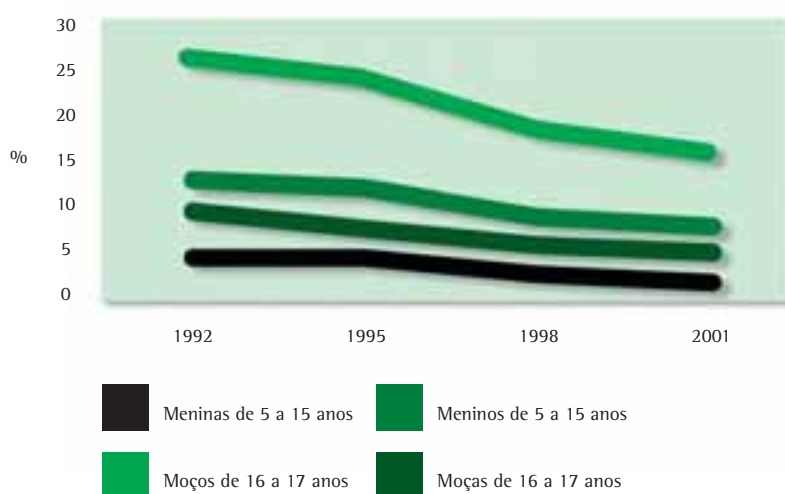
Ano	Sexo	Faixa etária	Trabalhando no ramo agrícola	Trabalhando	População na faixa etária considerada
1992	Masculino	5 a 15 anos	2.221.094	3.595.819	18.713.350
		16 e 17 anos	790.702	1.914.566	3.015.039
	Feminino	5 a 15 anos	880.928	1.801.118	18.335.574
		16 e 17 anos	270.612	1.110.094	3.003.092
1995	Masculino	5 a 15 anos	1.999.153	3.338.750	18.870.122
		16 e 17 anos	800.642	2.002.202	3.356.672
	Feminino	5 a 15 anos	909.257	1.805.007	18.594.300
		16 e 17 anos	231.641	1.082.631	3.162.973
1998	Masculino	5 a 15 anos	1.401.592	2.344.363	18.434.663
		16 e 17 anos	649.872	1.764.713	3.440.783
	Feminino	5 a 15 anos	557.025	1.160.873	17.631.228
		16 e 17 anos	195.318	976.304	3.468.835
2001	Masculino	5 a 15 anos	1.232.699	2.075.956	18.369.405
		16 e 17 anos	551.277	1.494.260	3.410.616
	Feminino	5 a 15 anos	433.119	1.018.293	17.943.940
		16 e 17 anos	160.731	894.006	3.401.792

Fonte: PNADs.

Do total de crianças de 5 a 15 anos, 2,4% das meninas e 6,7% dos meninos trabalham no ramo agrícola em 2001 (ver Gráfico 1). A proporção de meninos passa de 12%, em 1992, para menos de 7%, em 2001, e a de meninas, de 5% para 2,4%. A redução do trabalho no ramo agrícola acompanha a redução do trabalho infantil (5 a 15 anos) em geral, que passou de 15%, em 1992, para 8,5%,

em 2001. Da mesma forma, observa-se uma queda na proporção de jovens de 16 e 17 anos trabalhando no ramo agrícola, que passou de 26% de moços, em 1992, para 16%, em 2001, e de 9% de moças, em 1992, para 4,7%, em 2001. A maior queda da porcentagem de crianças e jovens trabalhando no ramo agrícola no total da população ocorre para os moços, com redução de dez pontos percentuais.

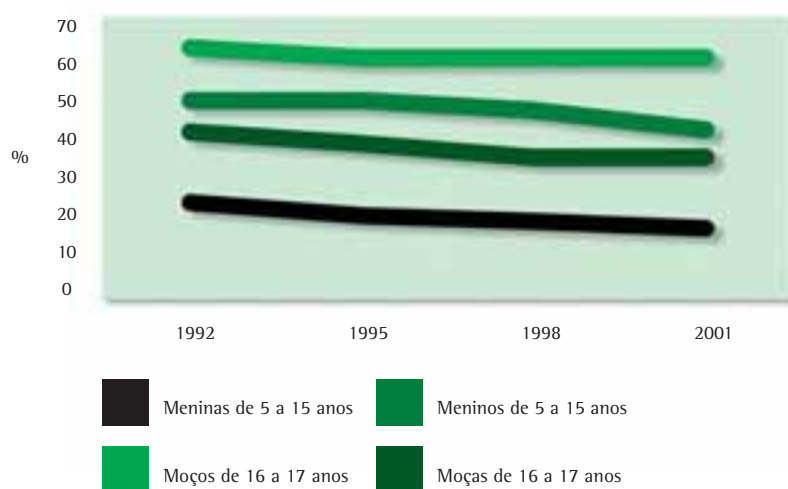
Gráfico 1- Porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos e de 16 e 17 anos trabalhando no ramo agrícola, no total da população nessas faixas etárias - 1992, 1995, 1998 e 2001



Fonte: PNADS.

O Gráfico 2 apresenta a porcentagem de crianças e jovens trabalhando no ramo agrícola, no total de crianças e adolescentes trabalhando. A redução observada de 1992 para 2001 é pequena, praticamente não se alterando, no caso de meninos, que passou de 61,8% para 59,4%, respectivamente. Para os moços, a redução é ligeiramente maior, passando de 41%, em 1992, para 37%, em 2001. No caso das meninas, a queda é um pouco mais acentuada, passando de 49% para 42%. Quanto às moças trabalhadoras, 24% estavam no ramo agrícola em 1992, enquanto, em 2001, a porcentagem cai para 18%.

Gráfico 2- Porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos e de 16 e 17 anos trabalhando no ramo agrícola, no total de pessoas trabalhando nessas faixas etárias - 1992, 1995, 1998 e 2001



Fonte: PNADs.

De acordo com Levison et al. (2002), o trabalho de crianças tem uma alta rotatividade. Crianças trocam de emprego muito mais freqüentemente do que adultos, e o fato de não trabalharem na semana que antecedeu a pesquisa não significa que não trabalharam em um período maior, como no ano [Basu e Tzannatos (2003)]. Diante dessa discussão, foi obtido, também com base na PNAD de 2001, o número de crianças que declarou estar trabalhando durante o período de um ano que antecedeu a pesquisa. Nesse caso, o número de trabalhadores de 5 a 15 anos aumenta em 233.471, com relação aos que declararam ter trabalhado na semana anterior à pesquisa, o que equivale a um aumento de 14%, perfazendo um total de quase um milhão e novecentas mil crianças.

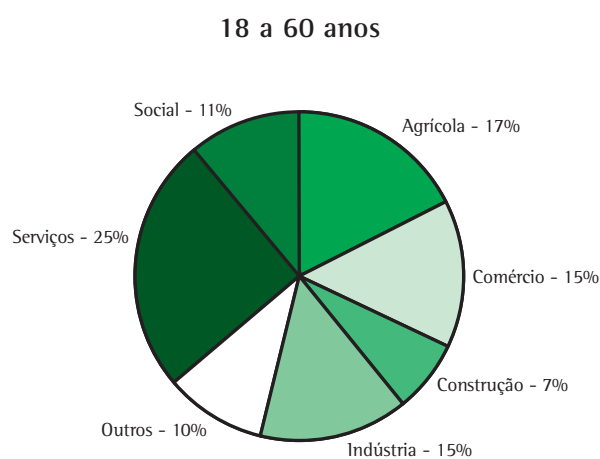
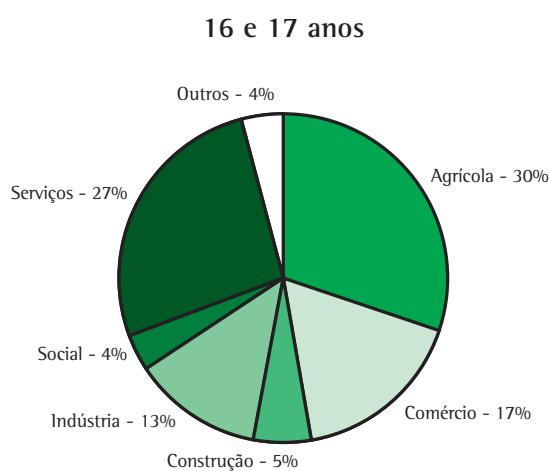
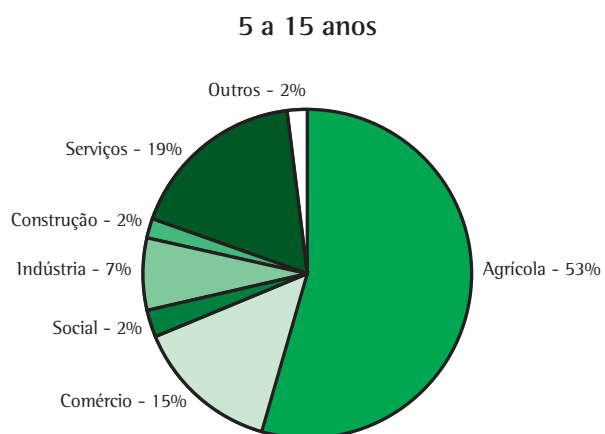
No âmbito mundial, estima-se em 211 milhões de crianças trabalhando de 5 a 14 anos, em 2000, sendo 17,4 milhões só na América Latina e Caribe. Quando se considera a população de 5 a 17 anos, 352 milhões estão trabalhando [Organização Internacional do Trabalho (2002)]. De acordo com Ashagrie (1998), 70% de todas as crianças trabalhadoras estão no ramo agrícola.

Se dividirmos as atividades desenvolvidas pelas pessoas em ramos de atividades, os quais serão melhor explicados no decorrer deste trabalho, observaremos que a maioria das crianças trabalhadoras de 5 a 15 anos, especificamente 53% delas, está no ramo agrícola, seguido por serviços, comércio e indústria. Já a maioria dos trabalhadores de 16 e 17 anos não estão no ramo agrícola. Apesar de ainda ser o principal ramo de atividade, com 30% dos jovens, está muito próximo do de serviços, vindo em seguida comércio, indústria e construção civil, como no caso das crianças de 5 a 15 anos. Ao analisar os ramos de atividades dos adultos de 18 a 60 anos, o ramo agrícola passa a ocupar a segunda posição com 17% dos trabalhadores, depois do ramo de serviços, que engloba 25% dos ocupados. Na seqüência, estão os ramos de comércio, indústria, social e construção civil, conforme o Gráfico 3.

A seguir, é apresentada uma visão geral do setor agrícola brasileiro. Na seção 2, é feita uma descrição

dos dados utilizados e, na seção 3, os dados sobre o trabalho de crianças e adolescentes no ramo agrícola são analisados, dando ênfase às atividades perigosas e acidentes de trabalho, às características do trabalho (salário, horas, posição na ocupação etc.) e à escolaridade. Finalmente, a seção 4 apresenta o resumo e a conclusão.

Gráfico 3- Porcentagem de pessoas em diferentes ramos de atividade, por faixa etária - 2001



Fonte: PNAD 2001.

## 1. O Setor agrícola brasileiro

De acordo com o censo agropecuário de 1995/96, há no Brasil quase quatro milhões e novecentos mil estabelecimentos agropecuários, valor este que sofreu uma redução de quase um milhão de estabelecimentos, quando comparado ao levantamento de 1985. Quatro milhões e trezentos mil estabelecimentos, ou 89,3% do total, possuem menos de 100 hectares, representando 20% da área total.

Em 1940, 67% da população economicamente ativa no Brasil, isto é, trabalhando ou procurando emprego, estava no setor primário, passando para 40,1%, em 1970. Os dados mais recentes do censo de 1995/96 mostram que a agropecuária ainda emprega cerca de 24,5% da população economicamente ativa. Segundo Alves (2001), a grande maioria da população rural economicamente ativa é formada por trabalhadores familiares (70%), sendo que o restante tem ocupação fora da família, até como assalariado. O autor mostra a importância de se manter o emprego rural, que também abriga grande número de trabalhadores com residência urbana. Uma das formas de se conseguir manter o emprego rural, reduzindo o êxodo e, conseqüentemente, a violência e o desemprego urbano, segundo Alves, é melhorando a remuneração na agricultura, ramo no qual 80% dos estabelecimentos, com menos de 100 hectares, remuneram o empreendedor com menos de dois salários mínimos, e 74% têm renda líquida negativa.

Numa análise sobre o desempenho do setor agrícola do Brasil na década de 90, face à uma alteração do modelo de desenvolvimento econômico de uma economia mais fechada, caracterizada pela política de substituição de importações, para uma economia mais aberta internacionalmente, Homem de Melo (2003<sup>a</sup>) conclui que houve um grande aumento da produção animal, com crescimento anual per capita de 3,39%, o que não ocorreu com a produção vegetal, que teve crescimento per capita de apenas 0,33%, na última década, acarretando um aumento total (vegetal+animal) de 1,31%. O autor observou ainda um declínio para a área cultivada de 0,99% ao ano, um aumento anual de 2,95% para a produtividade da terra e fortes declínios para os preços aos produtores.

Homem de Melo (2003<sup>a</sup>) analisa ainda as taxas anuais médias de 23 produtos individuais em termos de área cultivada, produtividade, produção e preços reais recebidos pelos produtores, no período de 1989 a 1999, conforme a Tabela 2. Dos produtos estudados, nove apresentaram declínios significativos de suas áreas cultivadas – algodão, arroz, café, cebola, feijão, mamona, mandioca, sisal e trigo; seis produtos ficaram com áreas estagnadas – amendoim, cacau, laranja, milho, tomate e uva; e apenas quatro tiveram aumento de área plantada – batata, cana-de-açúcar, fumo e soja. Com relação à produtividade, quinze das dezenove culturas apresentaram crescimento de seus rendimentos físicos. Somente as culturas de cacau e mamona tiveram declínio de produtividade, enquanto fumo e mandioca ficaram com rendimentos constantes. Nove produtos vegetais tiveram crescimento de produção, seis ficaram com produção constante e quatro tiveram declínios, enquanto os quatro produtos de origem animal (bovinos, suínos, frangos e leite) apresentaram altas taxas de crescimento de suas produções. Finalmente, a análise das taxas de crescimento dos preços reais aos produtores mostrou que não houve aumento desses, só declínio (seis produtos vegetais e quatro animais) e estagnação (13 produtos).

Tabela 2 - Taxas anuais médias de crescimento das áreas cultivadas, produtividades, produções e preços recebidos de 23 produtos - 1989/99

Produtos	Área cultivada	Produtividade	Produção	Preços
Total vegetal	- 0,99	2,95	1,97	- 2,13
Algodão	- 12,31	6,14	- 6,17	zero
Amendoim	zero	1,01	1,68	zero
Arroz	- 3,10	3,59	zero	zero
Batata	1,16	1,67	2,83	zero
Cacau	zero	- 5,15	- 4,71	zero
Café	- 4,12	4,00	zero	zero
Cana	2,09	1,32	3,41	zero
Cebola	- 1,03	1,92	zero	- 14,32
Feijão	- 2,56	3,96	zero	zero
Fumo	1,82	zero	2,45	zero
Laranja	zero	1,43	2,48	- 5,46
Mamona	- 13,16	- 5,24	- 18,40	zero
Mandioca	- 1,38	zero	zero	- 5,07
Milho	zero	3,86	3,34	- 3,32
Sisal	- 7,09	2,42	zero	zero
Soja	1,58	3,23	4,81	zero
Tomate	zero	2,86	3,37	- 5,53
Trigo	- 7,99	2,57	- 5,42	- 4,80
Uva	zero	1,58	1,41	zero
Total animal	-	-	5,08	- 5,48
Bovinos	-	-	4,05	- 3,12
Frangos	-	-	8,74	- 8,29
Suínos	-	-	5,72	- 6,42
Leite	-	-	4,29	- 6,38

Fonte: Homem de Melo (2001), com dados básicos do IBGE e da FGV - Agroanalysis.  
A não significância estatística dos coeficientes é retratada com o valor zero.

Considerando como estabelecimentos de agricultura familiar aqueles com menos de 100 hectares e os principais bens por eles produzidos - amendoim, batata, cebola, feijão, fumo, mandioca, sisal, tomate, uva, suínos, frangos e leite -, Homem de Melo (2003<sup>b</sup>) mostra que a taxa anual média de crescimento da quantidade produzida da agricultura familiar (3,79%) foi bem maior do que a observada para a agricultura patronal (2,6%), que produz algodão, arroz, cacau, café, cana-de-açúcar, laranja, milho, soja, trigo e bovinos. Os preços caíram bem mais para o conjunto de produtos da agricultura familiar (-4,74% ao ano) do que para o da agricultura patronal (-2,56% ao ano).

Ocorreu um expressivo declínio da área cultivada com os produtos da agricultura familiar, de 2% ao ano, enquanto a patronal ficou com sua área constante e, finalmente, a taxa de crescimento dos rendimentos físicos dos produtos da agricultura familiar foi bem elevada (5,8% sem os produtos animais), enquanto a patronal também teve uma alta taxa de crescimento de produtividade (3,29%). Barros (2003), analisando a política agrícola brasileira na década de 90, conclui que há falta de recursos de várias formas, mas principalmente para investimentos. Os recursos utilizados pela agricultura tiveram redução de 70%, de 1987 a 1996. Segundo o autor, “A grande ameaça que paira sobre o desempenho futuro da agricultura brasileira está na relativa lentidão com que se dá o processo de criação, fora do setor público, de novas alternativas de gerenciamento de riscos e de financiamento da agricultura, necessários tanto para a manutenção da atividade nos níveis desejados a curto prazo, como também para viabilizar a adoção contínua das modernas técnicas de produção. Existe ainda o agravante de que, falhando ou retardando demais o amadurecimento de tais alternativas, veja-se o setor público forçado a assumir novamente o papel de interventor nos mercados, voltando a absorver vultosos recursos como na décadas anteriores, o que poderá vir a comprometer as já limitadas disponibilidades de recursos voltados para a manutenção e crescimento da produtividade.”

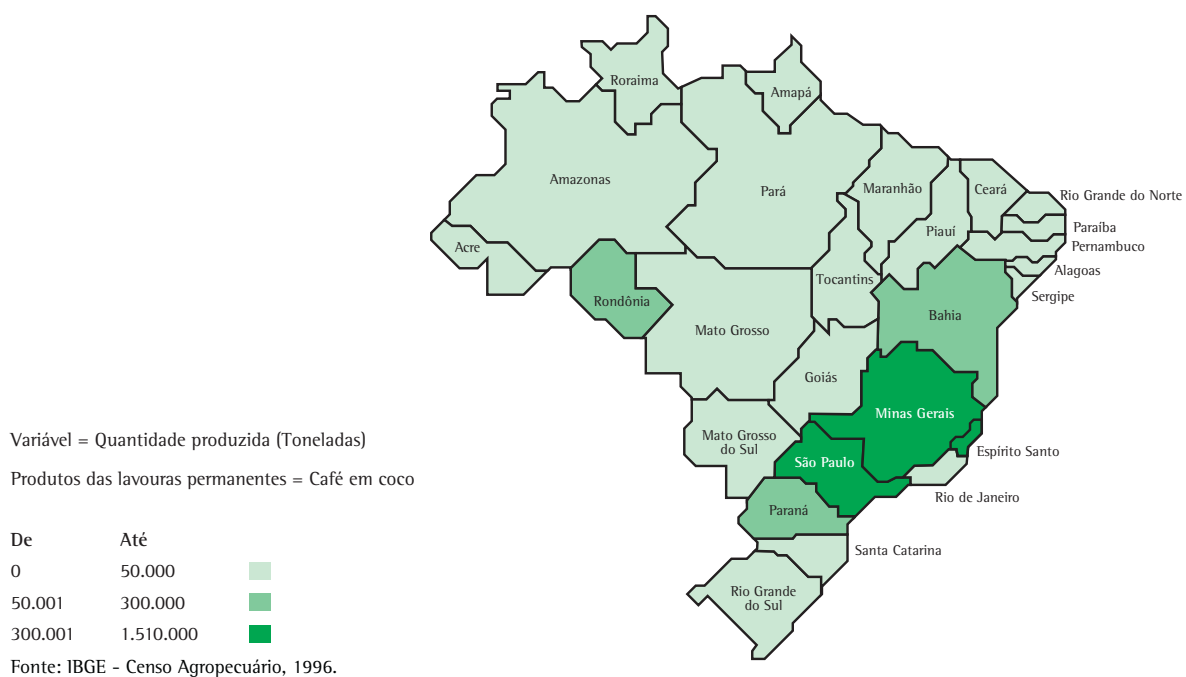
Por outro lado, Homem de Melo (2003<sup>b</sup>) destaca como um ponto positivo da política agrícola governamental dos últimos anos a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. O programa disponibilizou, em 2001, dois bilhões e duzentos milhões de reais em empréstimos à agricultura familiar. Segundo o autor, “(...)foi um programa bem sucedido e inovador (...), e que corrigiu uma distorção do passado, em que os maiores empréstimos eram privilegiados e, até mesmo, subsidiados.”

Os mapas a seguir ilustram alguns produtos agropecuários brasileiros, de acordo com a área geográfica de maior ocorrência. Foram selecionados alguns produtos da agricultura familiar, tais como, mandioca, feijão, milho em espiga e fumo, e produtos da agricultura patronal (café e arroz).

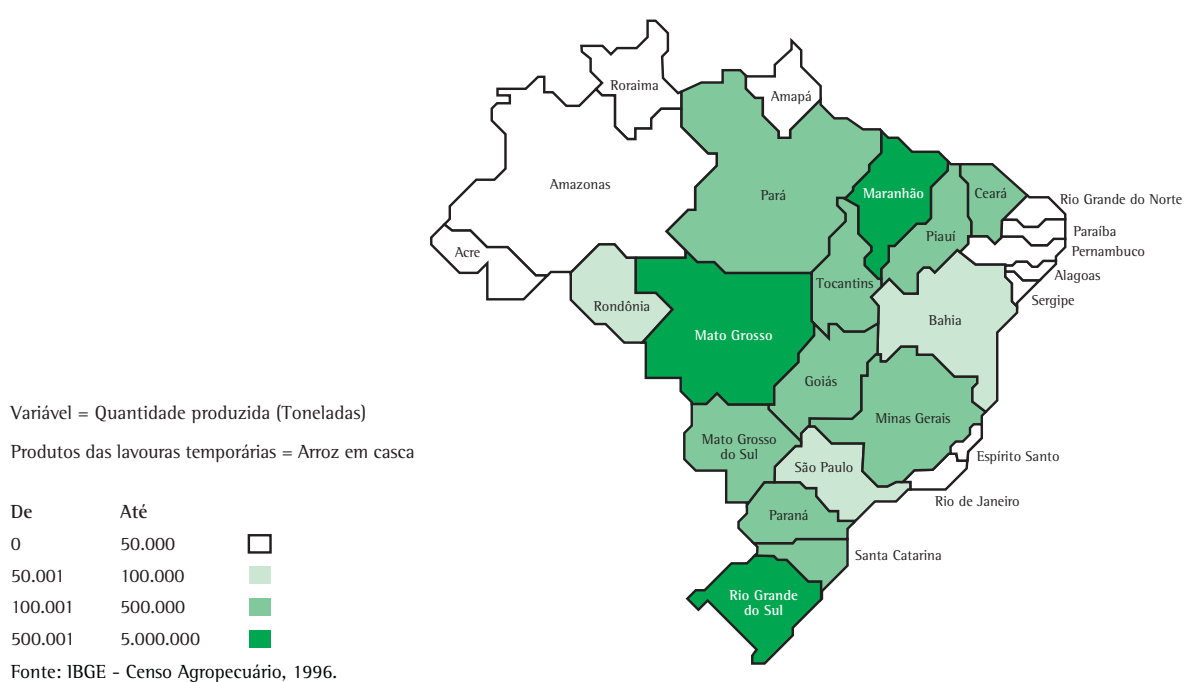
Analisando os principais produtos da agricultura patronal nota-se, por meio do Mapa 1, que a produção do café está concentrada nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Já o arroz é encontrado predominantemente no Maranhão, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, tendo bastante ocorrência também nos estados vizinhos, como pode ser visto no Mapa 2.



Mapa 1 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da federação - café - 1996



Mapa 2 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da federação - arroz em casca - 1996

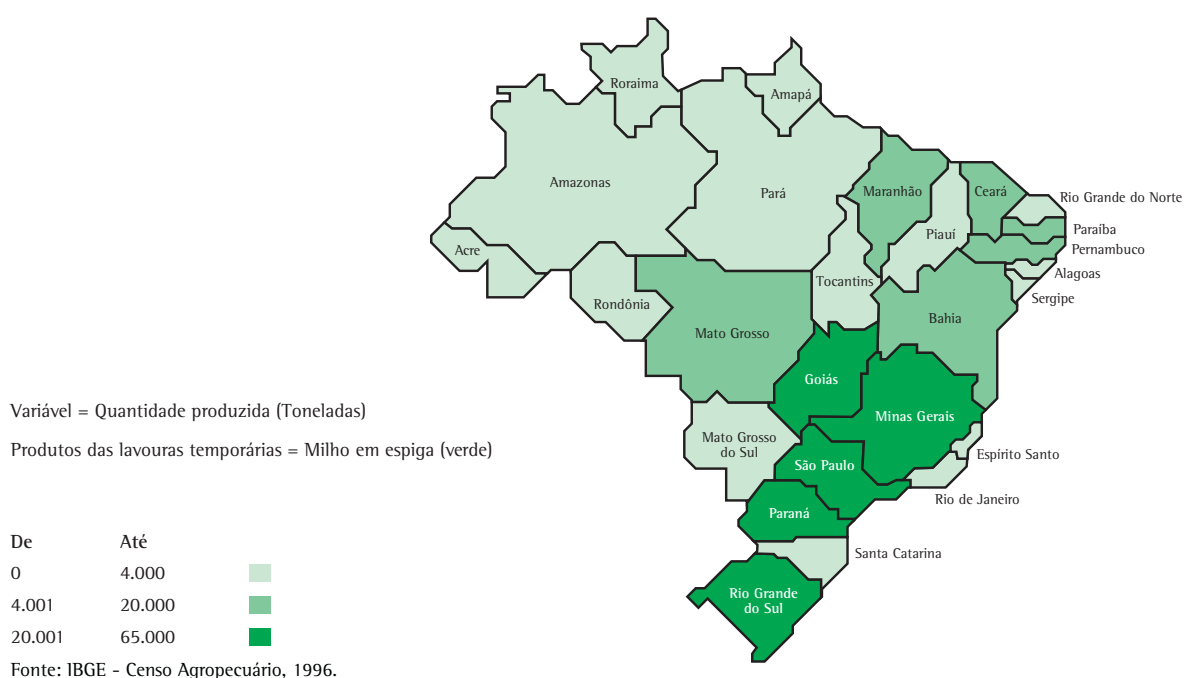


Analisando os produtos característicos da agricultura familiar, observa-se que o milho em espiga ou milho verde é produzido em maior quantidade nos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (Mapa 3), enquanto a produção do feijão em grão é encontrada em praticamente todo o leste do país, ocupando os estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, como pode ser visto no Mapa 4.

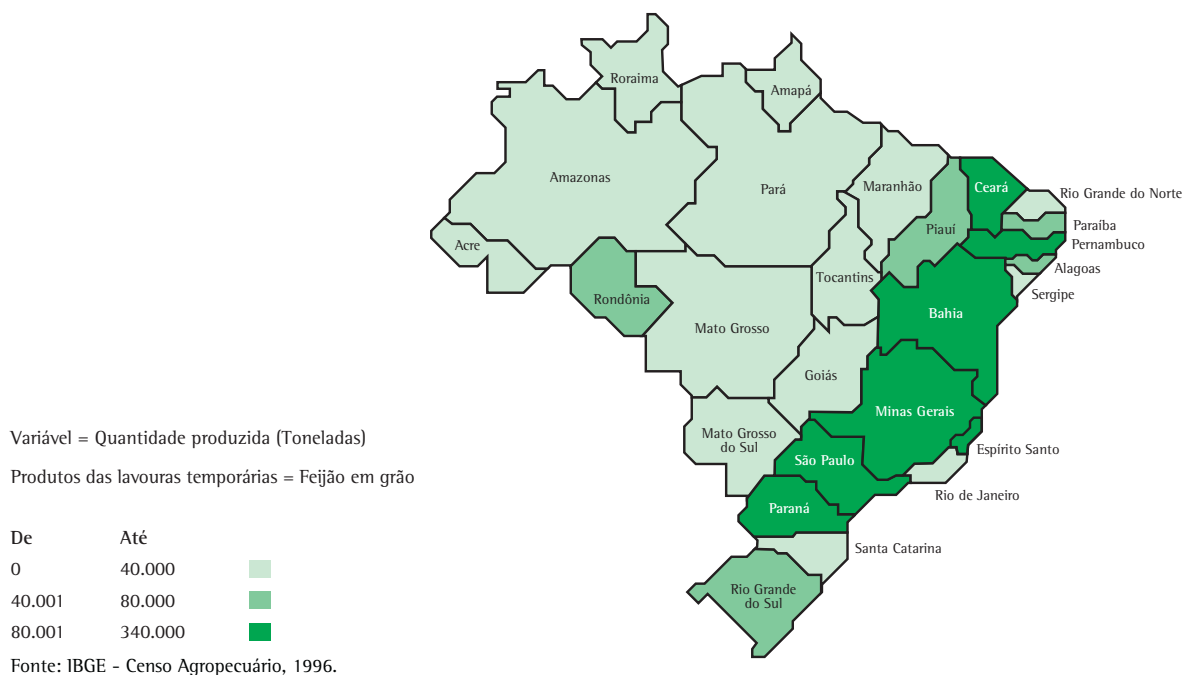
O Mapa 5, por sua vez, mostra que a produção de mandioca é característica das regiões Norte e Sul do país, sendo que as maiores quantidades são produzidas no Amazonas, Pará, Maranhão, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul, enquanto o fumo em folha é um produto tipicamente do Sul do país, ocorrendo em maior quantidade nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, como pode ser visto no Mapa 6.

Inclusive, a utilização de mão-de-obra infantil na produção de fumo, assim como na região sisaleira da Bahia, foi extensivamente combatida nessas regiões, com vários programas voltados para essa população. Finalmente, o Mapa 7 mostra que o cultivo da banana é encontrado principalmente nos estados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina e, em menores quantidades, nos estados da Bahia, Paraíba, Pará e Amazonas. Já a horticultura (Mapa 8) está concentrada no Sul e no Sudeste do país, principalmente nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A produção da banana e a horticultura foram incluídas nesse panorama descritivo pois, como será visto adiante, há grande ocorrência de ferimentos nessas culturas, embora seja dado maior enfoque à produção de sisal, cana e fumo.

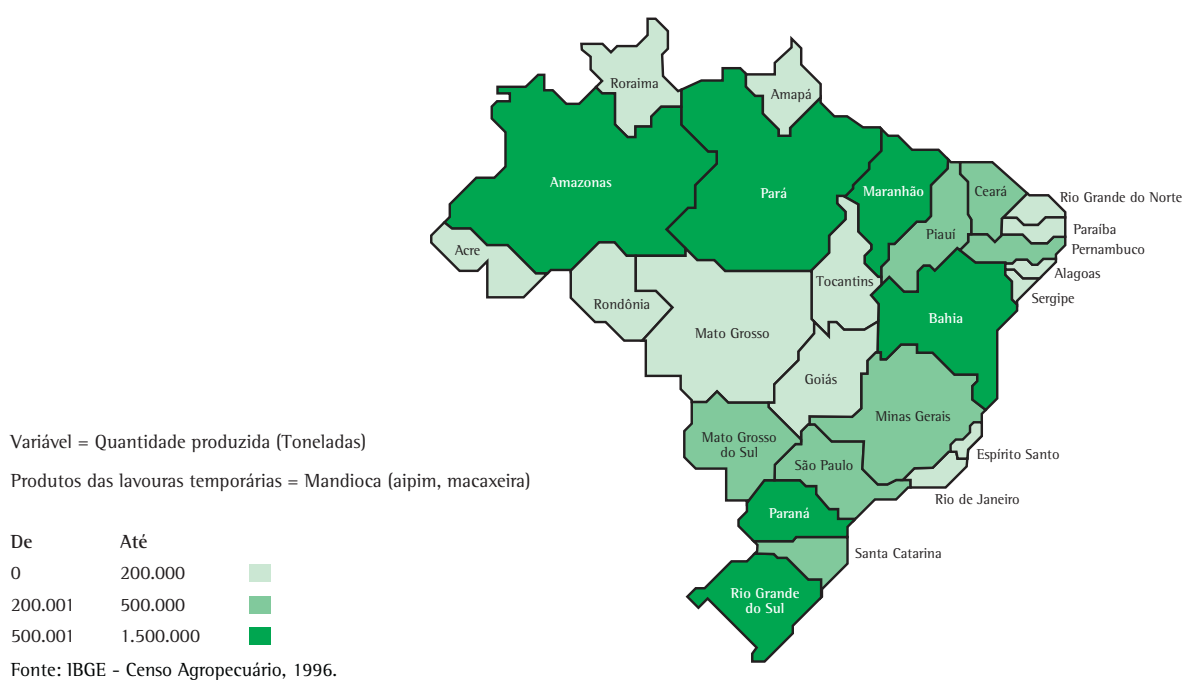
Mapa 3 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da federação - milho em espiga - 1996



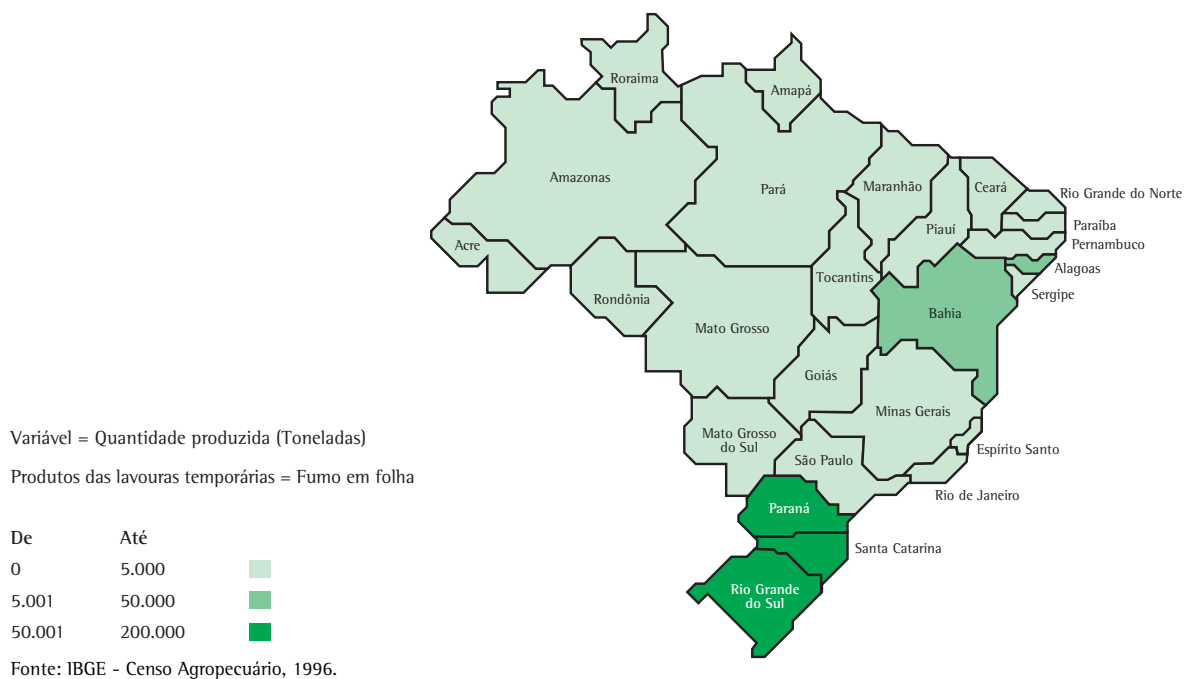
Mapa 4 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da federação - feijão em grão - 1996



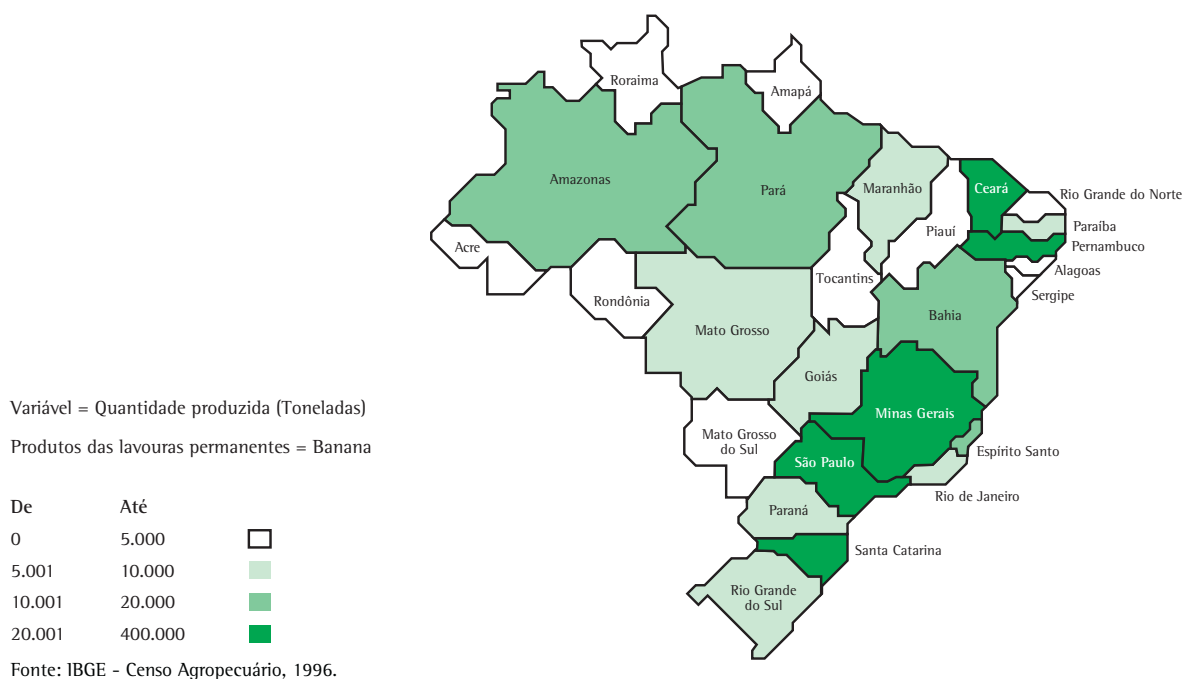
Mapa 5 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da federação - mandioca - 1996



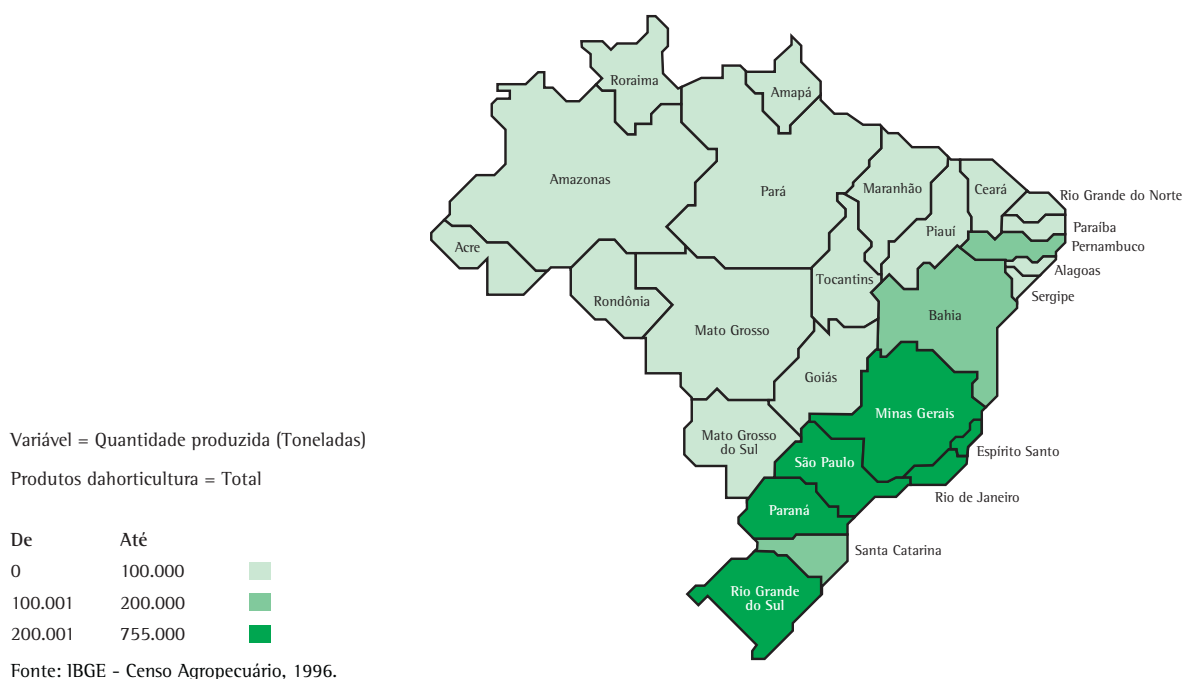
Mapa 6 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da federação - fumo em folha - 1996



Mapa 7 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da federação - banana - 1996



Mapa 8 - Quantidade produzida (toneladas) no Brasil, por Unidades da federação - horticultura - 1996



O Brasil é atualmente o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, café, e laranja; o segundo maior de soja e carne bovina; e o terceiro maior produtor de milho e frangos. É também o maior exportador de café e suco de laranja, e segundo maior de soja, frangos e carne bovina. Em 2003, a receita com exportações de produtos agrícolas e pecuários no Brasil foi de 30,6 bilhões de dólares, representando mais de 30% das exportações brasileiras. A safra de 2002/03 bateu recorde de 122 milhões de toneladas de grãos.

Por meio da Tabela 3, observa-se a composição do PIB, de acordo com o setor da economia, em cada uma das regiões brasileiras. O setor industrial, por exemplo, gera no Brasil R\$ 411 bilhões, o que representa 37% do total do PIB, enquanto o setor agropecuário é responsável por 7% do PIB e os serviços respondem por 48% da produção brasileira. No Sudeste, a participação da indústria é de 40%, enquanto a da agropecuária é de apenas 4%, embora, em números absolutos, o PIB agropecuário da região Sudeste seja o maior do Brasil (R\$ 24,84 bilhões). A participação do setor serviços na composição do PIB é maior na região Centro-Oeste (65%). As maiores participações da agropecuária no total produzido estão nas regiões Centro-Oeste (13%) e Sul (12%).

Tabela 3 - PIB e percentual do PIB total por setor e por regiões do Brasil, em R\$ bilhões - 2000

Região	Setor Industrial	% do PIB na região	Setor Serviços	% do PIB na região	Setor Agropecuário	% do PIB na região	Total
Centro-Oeste	13,75	17,96	49,63	64,84	9,94	12,99	76,54
Norte	18,46	36,45	22,75	44,92	5,90	11,66	50,65
Nordeste	47,37	32,86	73,29	50,85	12,57	8,72	144,13
Sul	77,00	39,78	79,86	41,26	23,29	12,03	193,53
Sudeste	254,63	40,01	308,21	48,43	24,84	3,90	636,39
Brasil	411,20	37,34	533,74	48,47	76,55	6,95	1.101,25

Fonte: Ipeadata.

Nota: A metodologia utilizada pelo IBGE é a do conceito de PIB a preços de mercado, deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional.

Apesar de a participação dos setores industrial e de serviços na composição do PIB ser bem maior do que a do setor agropecuário, isso se deve, em parte, ao fato de que esses são setores que agregam relativamente mais valor durante o processo produtivo. Além disso, no cálculo do PIB Agropecuário, estão incluídos apenas os dados primários, ou seja, não entram no cômputo geral os dados da agroindústria, por exemplo, que é muito importante para a economia do país e na Tabela 3 está contabilizada no setor industrial.

No mercado externo, no entanto, a agropecuária exerce papel relevante na pauta de exportações brasileiras, sendo que os principais produtos exportados são o café e a soja, como mostra a Tabela 4. No que diz respeito às importações, os bens de capital, os combustíveis e os alimentos são os principais itens da pauta. No total, em 2002, foram exportados US\$ 69,9 bilhões e importados US\$ 61,8 bilhões, e o déficit no balanço de transações correntes foi de US\$ 7,6 bilhões.



Tabela 4 - Exportações e importações brasileiras, em US\$ milhões - 1992, 2001 e 2002

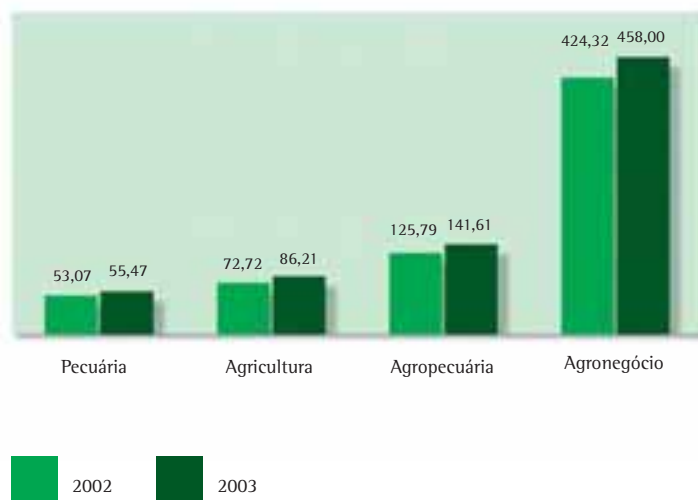
	1992	2001	2002
<b>Comércio Exterior (US\$ milhões)</b>			
Total das exportações (fob)	35.793	58.223	60.362
Café	2.534	2.932	3.049
Soja	2.696	2.726	2.199
Manufaturados	23.787	32.901	33.001
Total das importações (cif)	20.554	55.572	47.219
Alimentos	850	1.169	1.085
Combustíveis e energia	3.069	6.276	6.281
Bens de Capital	6.335	14.808	11.593
<b>Balanco de Pagamentos (US\$ milhões)</b>			
Exportações de bens e serviços	38.999	67.545	69.968
Importações de bens e serviços	25.717	72.653	61.863
Balanco de transações correntes	6.143	-23.213	-7.696
Reservas incluindo ouro (US\$ millions)	23.754	35.866	37.823
Taxa de câmbio (DEC, local/US\$)	1,64E-3	2,4	2,9

Fonte: Banco Mundial.

Os resultados são bem melhores se, ao invés da produção puramente agropecuária, considerarmos o agronegócio brasileiro, o qual representou 29% do Produto Interno Bruto (PIB) total da economia em 2002, tendo um valor igual a R\$ 424,32 bilhões. Em 2003, o PIB do agronegócio subiu para R\$ 458,83 bilhões, representando mais de 30% do PIB total da economia, segundo a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) e o Cepea/USP (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo). O PIB, de acordo com a metodologia utilizada pelo Cepea, inclui todas as despesas do agronegócio, da produção primária à distribuição, negociação de insumos e industrialização. Para a agropecuária, o PIB foi de R\$125,79 bilhões em 2002 e de R\$141,68 bilhões em 2003, como pode ser visto no Gráfico 4<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Os valores observados para o PIB do Agronegócio em 2000 na Tabela 3 e no Gráfico 4 diferem por tratar-se de fontes distintas, que podem utilizar metodologias diferentes na desagregação dos setores, bem como índices de preços diferentes para a correção monetária.

Gráfico 4 - PIB da Agropecuária e do Agronegócio em R\$ bilhões - 2002



Fonte: CEPEA/ESALQ/USP.





# Dados

## 1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001. Essa pesquisa inclui mais de 370 mil indivíduos do Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e área urbana do Norte do Brasil. Essa pesquisa contém um suplemento especial com dados sobre o trabalho infantil, com informações sobre a participação de crianças no mercado de trabalho a partir dos 5 anos de idade, além de dados sobre as características de domicílio, escolaridade dos indivíduos, sexo, idade, salários, número de horas trabalhadas, renda não salarial etc. No ano de 2001, a Organização Internacional do Trabalho, por meio do SIMPOC (Statistical Information and Monitoring Programme on Child Labour), financiou parte da pesquisa para que fosse incluído na PNAD um suplemento especial com informações sobre o trabalho infantil no Brasil. As pesquisas domiciliares iniciaram-se em 1967, no Brasil. São fontes ricas de dados sobre os padrões social e econômico dos indivíduos e permitem o estudo do desenvolvimento sócio-econômico do país. Investigam regularmente as características da população, educação, trabalho, rendimento e habitação. Esporadicamente, outras características sócio-econômicas são investigadas, tais como: a migração, fertilidade, nupcialidade, saúde, nutrição etc.

A PNAD começou a ser coletada no segundo trimestre de 1967 e até 1970 os resultados eram apresentados trimestralmente. Em 1971, essa pesquisa começou a ser anual, então, os dados passaram a ser coletados no último trimestre do ano. Foi interrompida nos anos de censo, 1970, 1980, 1991, 2000 e, por outras razões, em 1994. A área geográfica coberta pela PNAD aumentou desde 1967, quando somente o Estado do Rio de Janeiro era levantado. Atualmente, são coletados dados para toda a região Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste, além da área urbana da região Norte e da área rural do Estado de Tocantins.

A PNAD é realizada através de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias (municípios), unidades secundárias (setores censitários) e unidades terciárias (domicílios). A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente em cada Unidade da Federação, levando-se em consideração o tipo de área, i.e., metropolitana e não-metropolitana. Tais projeções consideram o aumento populacional ocorrido entre o censo demográfico de 1991 e o de 2000, levando-se em consideração a taxa de fertilidade, mortalidade e migração. O desenho amostral estabelecido na pesquisa permite a expansão dos resultados para todo o país, assim como para suas regiões, estados e áreas metropolitanas.

Nesta pesquisa, será dada ênfase ao trabalho de crianças e jovens de 5 a 15 anos, no ramo de atividade agrícola. Em seguida, especificam-se os ramos de atividade estabelecidos pelo IBGE e os considerados nesta análise.

## 2. Ramos de atividades

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores na PNAD em 11 grandes ramos: (1) agrícola, (2) indústria de transformação, (3) indústria da construção, (4) outras atividades industriais, (5) comércio de mercadorias, (6) prestação de serviços, (7) serviços auxiliares das atividades econômicas, (8) transporte e comunicação, (9) social, (10) administração pública, e (11) outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas. Não estão apresentadas as atividades incluídas em alguns ramos de atividade que exigem detalhamento, de acordo com o IBGE. Observa-se que, no ramo agrícola, inclui-se agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura.

Tabela 5 - Divisão dos ramos de atividades de acordo com o IBGE - 2001

Ramos de atividades	
Agricultora	Agricultura, silvicultura e pecuária
	Extração vegetal
	Pesca e piscicultura
Outras atividades industriais	Extração mineral
	Serviços industriais de utilidade pública
Prestação de serviços	Serviços de alojamento e alimentação
	Serviços de reparação e conservação
	Serviços pessoais
	Serviços domiciliares
	Serviços de diversões, radiodifusão e televisão
Serviços auxiliares das atividades econômicas	Serviços técnico-profissionais
	Serviços auxiliares das atividades econômicas
Social	Serviços comunitários e sociais
	Serviços médicos, odontológicos e veterinários
	Ensino
Administração pública	Administração pública
	Defesa nacional e segurança pública
Outras atividades	Instituições de crédito, de seguros e de capitalização
	Comércio e administração de imóveis e valores mobiliários
	Organizações internacionais e representações estrangeiras
	Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas

Fonte: PNAD 2001.

Nesta pesquisa, optou-se por analisar somente seis ramos, que aparecem em diversas tabelas no texto. Para tal, considerou-se o ramo agrícola igual ao estabelecido pelo IBGE; o ramo serviços, que engloba os ramos (6) e (7); o comércio, que é o ramo (5); a indústria, que engloba os ramos (2) e (4); a construção civil, que é o ramo (3); e outros que agrupam todos os não citados anteriormente. Algumas tabelas incluem o ramo social (9). Optou-se também por excluir o item (11), pois engloba atividades mal definidas e não declaradas.





# Análise dos dados

## 1. Informações gerais

A Tabela 6 mostra que há mais de três milhões de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando, em um total de 36 milhões no Brasil, o que representa 8,5%. Entretanto, somente 35,5% das crianças que trabalham recebem pagamentos pelas suas atividades. Sabe-se que há quase 300 mil crianças trabalhando entre cinco e nove anos de idade, no entanto, nem 8% delas estão recebendo pagamentos. A proporção de jovens de 16 e 17 anos trabalhando aumenta consideravelmente. Mais de 35% deles estão no mercado de trabalho, chegando a quase 76% de adolescentes do sexo masculino trabalhando nas áreas rurais.

A proporção que recebe rendimentos também se eleva, em relação às crianças de 5 a 15 anos. A maior

Tabela 6 - Total de crianças de 5 a 15 anos e 16 a 17 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento na população, por situação do domicílio e sexo - 2001

Número de crianças	5 a 15 anos				
	Total	Meninos		Meninas	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total	36.313.345	14.815.245	3.554.160	14.655.740	3.288.200
Trabalhando	3.094.249	975.772	1.100.184	544.631	473.662
	8,5%	6,60%	31%	3,70%	14,40%
Recebendo pagamento	1.097.776	548.474	139.454	339.945	69.903
	35,5%	56,2%	12,7%	62,4%	14,8%

Número de crianças	16 e 17 anos				
	Total	Meninos		Meninas	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total	6.812.408	2.794.215	616.401	2.829.641	572.151
Trabalhando	2.388.266	1.027.156	467.104	672.322	221.684
	35,1%	36,8%	75,8%	23,8%	38,8%
Recebendo pagamento	1.675.253	834.533	167.300	590.551	82.869
	70,2%	81,3%	35,8%	87,8%	37,4%

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 7 mostra que o principal ramo de atividade, tanto para meninos, quanto para meninas de 5 a 15 anos, é o agrícola, apesar de haver maior proporção de meninos. Quase 60% dos meninos

e 43% das meninas trabalham na agropecuária. É alta também a porcentagem de meninas no ramo de serviços (32%). Observa-se que mais meninas trabalham em serviços e na indústria, quando comparadas aos meninos. Diminui a proporção de jovens de 16 e 17 anos, no ramo agrícola (37% dos homens e 18% das mulheres), passando o ramo de serviços, em primeiro lugar para as adolescentes do sexo feminino, com mais de 43%.

Tabela 7 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos trabalhando, de acordo com o ramo de atividade, por sexo - 2001

Ramo de Atividade	5 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Meninos	Meninas	Homens	Mulheres
Agricultura	1.232.699	433.119	551.277	160.731
	59,8%	42,8%	37,3%	18,2%
Serviços	248.613	320.303	257.878	381.990
	12,1%	31,6%	17,4%	43,3%
Comércio	319.940	131.217	254.437	147.411
	15,5%	13,0%	17,2%	16,7%
Indústria	133.263	89.044	191.323	108.986
	6,5%	8,8%	12,9%	12,4%
Construção Civil	61.330	2.724	126.464	1.691
	3,0%	0,3%	8,6%	0,19%
Outros	65.196	36.574	98.372	80.507
	3,2%	3,6%	6,7%	9,1%

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 8 mostra a porcentagem de crianças e jovens desenvolvendo atividades agrícolas, no total trabalhando, assim como o número de crianças e jovens, no ramo agrícola, por sexo e idade. Até os 10 anos de idade, a grande maioria das crianças está trabalhando na agricultura (próximo a 80% dos meninos e mais de 70% das meninas). Parece que as atividades agrícolas são de fácil acesso a crianças pequenas, talvez por estas estarem engajadas em atividades familiares. A proporção de adolescentes de 14 a 17 anos já é bem inferior, principalmente para as meninas (30%). Em torno de 50% dos meninos trabalham na agricultura, com 14 e 15 anos, e em torno de 30%, com 16 e 17 anos, porcentagem inferior à observada para a idade de 5 a 10 anos, mas ainda bastante elevada.

Tabela 8 - Número de crianças e jovens no ramo de atividade agrícola e porcentagem de crianças e jovens trabalhando no ramo agrícola, no total trabalhando, por sexo e idade - 2001

Idade	Trabalhando no ramo agrícola	
	Meninos	Meninas
5	7.492	3.011
	82,3	100,0
6	13.580	4.858
	85,0	75,9
7	27.704	10.742
	72,1	75,0
8	48.049	13.735
	75,9	67,3
9	68.187	27.750
	78,9	70,6
10	109.079	34.598
	77,1	60,0
11	110.613	50.702
	68,8	60,6
12	170.887	58.671
	66,9	52,9
13	187.874	78.669
	61,2	46,0
14	214.786	68.078
	50,2	31,1
15	274.448	82.305
	48,1	28,1
16	290.498	78.961
	35,2	32,5
17	260.779	81.770
	31,6	33,7

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 9 fornece a proporção de meninos e meninas de 5 a 15 anos trabalhando na agricultura, no total de trabalhadores, nessa faixa etária, em cada região e unidade da federação do Brasil. As maiores porcentagens de crianças trabalhando no ramo agrícola (mais de 50%) estão no Nordeste (71% de meninos e 53% de meninas) e no Sul (64% de meninos e 57% de meninas). Nas demais regiões, a proporção é próxima a 40% para os meninos e a 20% para as meninas. Isso se deve à agricultura familiar, no Sul do Brasil, e à grande pobreza presente na região Nordeste, que obriga as crianças a trabalharem para ajudar na sobrevivência da família. Os estados com as maiores proporções de meninos

trabalhando na agricultura são Alagoas, Piauí e Maranhão, enquanto as maiores proporções de meninas estão em Alagoas e Pernambuco, todos esses estados estão localizados na região Nordeste. Em valores absolutos, o maior número de crianças no ramo agrícola está na Bahia e no Maranhão, com um número bem maior de meninos do que de meninas. Exceto a região Norte, cujos dados da zona rural não são coletados pela PNAD, com exceção de Tocantins, e o Distrito Federal, que tem um número muito pequeno de observações, a menor proporção de crianças trabalhando na agricultura ocorre em São Paulo e Rio de Janeiro, provavelmente devido à grande urbanização desses centros.





Tabela 9 - Número total e proporção de crianças de 5 a 15 anos no ramo de atividade agrícola, no total trabalhando, por região, unidade da federação e sexo - 2001

Região/Estado	Meninos		Meninas	
	Número	%	Número	%
<b>Região Norte<sup>1</sup></b>	<b>33.935</b>	<b>31,97</b>	<b>5.464</b>	<b>10,85</b>
Rondônia	1.433	21,91	204	7,14
Acre	1.013	31,85	1.014	33,38
Amazonas	1.451	12,20	870	10,34
Roraima	343	25,00	0	0
Pará	13.367	24,42	1.237	4,68
Amapá	731	60,02	243	49,90
Tocantins	15.597	57,35	1.896	22,49
<b>Região Nordeste</b>	<b>746.277</b>	<b>71,21</b>	<b>254.986</b>	<b>52,58</b>
Maranhão	152.295	74,08	49.499	60,75
Piauí	51.774	75,00	14.643	49,12
Ceará	97.836	61,81	19.709	23,82
Rio Grande do Norte	27.434	67,48	6.369	48,15
Paraíba	41.038	64,49	6.915	37,50
Pernambuco	112.310	72,83	50.239	65,58
Alagoas	49.944	82,68	21.411	71,43
Sergipe	16.831	65,78	6.398	51,39
Bahia	196.815	72,75	79.803	56,91
<b>Região Sudeste</b>	<b>194.284</b>	<b>41,00</b>	<b>48.696</b>	<b>20,57</b>
Minas Gerais	129.560	58,59	27.611	29,12
Espírito Santo	24.401	60,00	12.651	52,82
Rio de Janeiro	9.051	20,95	831	4,29
São Paulo	31.272	18,52	7.603	7,72
<b>Região Sul</b>	<b>203.281</b>	<b>64,20</b>	<b>109.122</b>	<b>57,13</b>
Paraná	89.060	68,93	33.807	55,99
Santa Catarina	35.903	67,02	29.636	53,06
Rio Grande do Sul	78.318	58,51	45.679	61,09
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>54.922</b>	<b>41,82</b>	<b>14.851</b>	<b>26,88</b>
Mato Grosso do Sul	10.857	47,22	4.471	42,44
Mato Grosso	25.108	58,87	8.254	48,00
Goiás	18.957	30,89	1.929	8,11
Distrito Federal	394	9,10	197	5,26
<b>Brasil</b>	<b>1.232.699</b>	<b>59,38</b>	<b>433.119</b>	<b>42,53</b>

Fonte: PNAD 2001.

<sup>1</sup> Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

Há uma nítida diferença entre as regiões com relação às atividades agrícolas desenvolvidas pelas crianças. A Tabela 10 mostra que a maioria trabalha na cultura da mandioca (18%), no Nordeste, mas também há uma proporção grande na cultura de milho (11%) e na criação de animais (10%). No Norte, predominam a cultura de arroz (23%), a criação de animais (21%) e o cultivo de mandioca (19%). Na região Centro-Oeste, mais de 44% das crianças estão envolvidas com a criação de animais e 10% com a criação de aves, mas há também 11% trabalhando na cafeicultura. No Sudeste, a maioria trabalha na criação de animais (22%) e aves (15%), além da cultura de milho (15%) e café (21%). No Sul do Brasil, predomina o trabalho infantil na cultura de milho (18%), na criação de animais (17,5%), na produção de verduras (15%) e na cultura de fumo (14%), a qual é bastante combatida, por utilizar grandes quantidades de agrotóxicos e poder causar danos à saúde das crianças. Observa-se também que ainda há crianças trabalhando em carvoarias, na região Centro-Oeste, e na cana-de-açúcar, no Nordeste, Norte e Sudeste, apesar de, como o fumo, essas serem atividades altamente perigosas e bastante combatidas pela atuação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.



Tabela 10 - Proporção de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com as principais atividades agrícolas desenvolvidas, por região - 2001

Atividades Agrícolas	NE	N	CO	SE	S
Criação de animais	10,3	21,1	44,2	22,2	17,5
Cultura de milho	11,1	0,5	4,4	14,6	17,6
Banana	1,2	0,5	0,5	1,2	0,4
Cafeicultura	2,0	2,1	11,3	20,7	1,3
Cultura de cacau	0,5	1,0	-	-	-
Cultura de soja	-	-	1,4	-	6,1
Cultura de mandioca	17,7	19,1	6,6	3,2	2,8
Cana-de-açúcar	1,1	0,5	-	1,4	-
Cultura de fumo	0,4	-	-	-	13,7
Cotonicultura	0,8	-	-	0,7	0,2
Criação de aves	4,2	8,8	10,5	14,8	6,0
Rizicultura	10,9	23,4	5,3	0,2	0,7
Produção de verduras	9,0	5,5	8,6	11,5	14,7
Culturas diversas	26,1	4,9	5,4	7,7	16,5
Pesca	2,0	4,6	-	1,1	0,8
Oleaginosas <sup>1</sup>	2,3	1,1	-	-	-
Produção de carvão	-	2,1	-	-	-
Extração de raízes e ervas	-	2,1	-	-	-
Agropecuária	-	2,0	0,9	0,4	0,6
Silvicultura	-	0,5	-	-	0,6
Outros	0,5	-	1,0	0,4	0,6

Source: PNAD 2001.

<sup>1</sup> Inclui linhaça, mamona, castanha do Pará, castanha de caju, dendê, carnaúba etc.

Predominam trabalhadores da cor parda no ramo agrícola (60%), assim como na construção civil, serviços e comércio, como pode ser observado na Tabela 11. Na indústria e no ramo de trabalho social, há predominância de brancos. O único ramo com trabalhadores indígenas, apesar da pequena proporção, é a agricultura. Constata-se ainda que 36% das crianças de 5 a 15 anos trabalhando na agricultura são brancos; 4%, pretos; e 0,3%, amarelos.

A população brasileira em 2001, com cerca de 170 milhões de indivíduos, era composta por 53,4% de brancos, 40,4% de pardos, 5,6% de pretos, 0,5% de amarelos e 0,13% de índios. Considerando a faixa de 5 a 15 anos, 6,9% das crianças brancas, 7,8% das pretas, 7,5% das amarelas, 10,3% das pardas e 14,8% das indígenas trabalhavam. Aos 15 anos de idade, a média do número de anos de escolaridade de brancos e amarelos é de 6,7 anos, enquanto a média para os pretos e pardos é de 5,2 anos; um

diferencial de um ano e meio de estudo. Segundo Henriques (2001), o contingente de cerca de 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes no Brasil, com base na PNAD de 1999, não está “democraticamente” disperso sem viés racial. Enquanto os pretos e pardos representam 64% da população pobre e 69% da população indigente, os brancos representam somente 36% dos pobres e 31% de indigentes<sup>4</sup>. Ademais, ele mostra que a proporção de crianças ocupadas no mercado de trabalho caiu de 1992 para 1999, mas em ritmo mais acelerado para os brancos do que para os pardos e pretos, o que faz com que o diferencial entre pretos/pardos e brancos se amplie.

Tabela 11 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o ramo de atividade, por cor/raça - 2001

Cor ou Raça	Agrícola	Construção Civil	Serviços	Indústria	Comércio	Social
Branca	593.163	25.113	237.336	112.051	195.512	31.020
	35,6%	39,2%	41,7%	50,4%	43,4%	63,1%
Preta	62.832	5.840	30.298	11.014	22.811	2.037
	3,8%	9,1%	5,3%	5,0%	5,1%	4,1%
Amarela	4.422	-	1.465	1.606	796	-
	0,3%	-	0,3%	0,7%	0,2%	-
Parda	998.892	33.101	299.431	97.636	232.038	16.112
	60,0%	51,7%	52,6%	43,9%	51,4%	32,8%
Indígena	6.509	-	-	-	-	-
	0,4%	-	-	-	-	-

Fonte: PNAD 2001.

## 2. Atividades perigosas e acidentes de trabalho

Há uma preocupação mundial com relação às crianças que trabalham. A meta é a eliminação do trabalho infantil. Entretanto, nos últimos anos, entidades como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS) e o UNICEF estão colocando como prioridade a eliminação completa dos trabalhos perigosos e que podem trazer riscos ao desenvolvimento físico e mental das crianças. A maioria das regulamentações sobre o trabalho infantil inclui restrições específicas a atividades realizadas em ambientes perigosos. Como indicado na Convenção da Organização Internacional do Trabalho no. 138, trabalho perigoso é aquele que pode causar danos à saúde, segurança ou à moral das

<sup>4</sup> São considerados pobres aqueles que vivem em famílias com renda inferior à linha de pobreza, e indigentes aqueles que vivem em famílias com renda inferior à linha de indigência. A linha de indigência refere-se aos custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que atenda às necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. A linha de pobreza inclui, além dos gastos com alimentação, um mínimo de gastos pessoais com vestuário, habitação e transportes.

crianças<sup>5</sup>. Essas restrições a trabalhos perigosos diferem entre países com relação à idade mínima de admissão e à designação do trabalho considerado perigoso.

O Brasil estabelece, na sua legislação, a idade mínima de 18 anos para aqueles envolvidos em trabalhos que possam causar danos à saúde e, especificamente, proíbe qualquer produção ou trabalho de manipulação de material pornográfico, divertimento (clubes noturnos, bares, cassinos, circo, apostas) e comércio nas ruas. Ademais, proíbe trabalhos em minas, estivagem ou qualquer trabalho subterrâneo para aqueles abaixo de 21 anos.

Forastieri (1997) argumenta que dados sobre os riscos ergonômicos e de crescimento e desenvolvimento das crianças que trabalham são quase inexistentes. Entretanto, sabe-se que as crianças diferem dos adultos nas suas características anatômicas, psicológicas e fisiológicas, que as tornam mais susceptíveis aos perigos da falta de segurança no trabalho, com efeitos mais drásticos e possíveis danos irreversíveis. Locais de trabalho, equipamentos, móveis, utensílios e métodos não são projetados para utilização por crianças, mas, sim, por adultos. Portanto, podem ocorrer problemas ergonômicos, fadiga e maior risco de acidentes. As crianças não estão cientes do perigo envolvido em algumas atividades e, em caso de acidentes, geralmente não sabem como reagir. Por causa das diferenças físicas, biológicas e anatômicas das crianças, quando comparadas aos adultos, elas são menos tolerantes a calor, barulho, produtos químicos, radiações etc., isto é, menos tolerantes a ocupações perigosas, que podem trazer problemas à saúde e danos irreversíveis.

O caderno especial da PNAD de 2001 contém informações sobre acidentes de trabalho ou doenças devido ao trabalho exercido pelas crianças de 5 anos ou mais, durante o período de um ano. Os resultados estão na Tabela 12 para cada ramo de atividade. As crianças no ramo de trabalho agrícola foram as que mais se machucaram ou ficaram doentes (8,7%), vindo em seguida às da indústria (6,8%) e da construção civil (5,1%).

Tabela 12 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho, no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com o ramo de atividade - 2001

Ramo de Atividade	% machucado ou doente	Número
Agrícola/pecuária	8,7	143.772
Serviços	4,0	22.720
Comércio	3,0	13.663
Indústria	6,8	15.051
Construção Civil	5,1	3.246
Outros	3,1	3.182

Fonte: PNAD 2001.

<sup>5</sup> “Convenção nº 138 é uma consolidação de princípios que têm sido gradualmente estabelecidos em vários instrumentos recentes e se aplica a todos os setores de atividade econômica, estando ou não a criança sendo empregada por salário”[ILO (1996)].

A agropecuária é considerada uma atividade perigosa por expor os trabalhadores às ferramentas e máquinas, como serras, motores, tratores etc., que podem cortar e até mesmo amputar membros, além da exposição a produtos químicos, como agrotóxicos e herbicidas, que podem causar lesões na pele, problemas respiratórios, irritação nos olhos, entre outros. Atividades como a preparação do solo, plantio, colheita, trato dos animais etc. também exigem grande esforço físico e exposição às intempéries. Segundo Fassa et al. (2000), exposição a pesticidas, produtos químicos, poeira e agentes carcinogênicos aumenta os riscos de desenvolvimento de bronquite, câncer e uma grande gama de doenças.

Relatório do Banco Mundial (2001) comenta que a agricultura é uma das ocupações com maior risco, em termos de morbidade e mortalidade. Os riscos estão relacionados ao maquinário usado; ao trabalho extenuante (levantar e carregar peso, trabalhar em posição desconfortável etc.); aos produtos químicos, como pesticidas; e à condição meteorológica adversa (por exemplo, muito calor); entre outros. Machucados comuns no trabalho agrícola, por exemplo, em plantações de sisal e cana-de-açúcar, ocorrem em função do uso de facas e similares, para cortar, empilhar e transportar a colheita.

Para analisar se os ferimentos ou doenças devido ao trabalho são mais frequentes nas crianças menores ou nos jovens, foi construída a Tabela 13. As maiores porcentagens ocorrem nas faixas etárias mais avançadas, isto é, as maiores incidências de machucados ou doenças devido ao trabalho ocorrem aos 16 e 17 anos, quando comparadas às outras faixas, principalmente para a indústria e a construção civil. No ramo agrícola, apesar de aumentar a porcentagem de feridos com o aumento da idade, a diferença não é tão grande, quando comparamos crianças de 5 a 8 anos (8,2%) com os jovens de 16 e 17 anos (8,8%), indicando a presença do perigo em qualquer idade.

Tabela 13 - Porcentagem de crianças trabalhando que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com o ramo de atividade e a faixa etária - 2001

Faixa etária	Agrícola	Construção Civil	Serviços	Indústria	Comércio
5 a 8 anos	8,2	-	-	6,3	-
9 a 12 anos	8,5	-	3,0	7,2	3,4
13 a 15 anos	8,8	5,6	4,3	6,7	3,1
16 e 17 anos	8,8	8,0	5,1	9,1	3,1

Fonte: PNAD 2001.

Mais de 60% das crianças de 5 a 15 anos, trabalhando na agropecuária, utilizam alguma máquina, ferramenta ou instrumento no trabalho, o que pode causar sérios acidentes e danos físicos. Apesar de se falar bastante do contato das crianças com agrotóxicos em lavouras, somente 5,5% responderam ter utilizado produtos químicos. A utilização de equipamentos de proteção é de extrema importância para evitar acidentes, mas a proporção dos que os utilizam é de somente 22% na agricultura, sendo

estes, na maioria, botas e roupas, como pode ser observado nas Tabelas 14 e 15. No ramo da construção, (56%) tem-se a maior proporção de crianças recebendo orientação para evitar machucados ou doenças relacionados com o trabalho, vindo em seguida a indústria (47%) e a agricultura (42%).

Tabela 14 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, que utilizava ferramenta, produto químico, equipamento de proteção e que recebeu treinamento para evitar acidente, por ramo de atividade - 2001

	Agrícola	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
Utilizava alguma máquina, ferramenta ou instrumento no trabalho	1.034.653	61.467	47.512	114.618	184.345
	62,33	13,69	74,17	51,56	32,57
Utilizava algum produto químico	91.297	18.072	13.731	33.196	136.491
	5,50	4,02	21,44	14,93	24,11
Utilizava algum equipamento de proteção nesse trabalho	364.717	19.474	16.102	43.664	50.781
	21,97	4,34	25,14	19,64	8,97
Recebeu algum treinamento ou orientação para evitar machucados ou doenças relacionados com esse trabalho	694.744	103.319	36.148	103.793	179.111
	41,85	23,00	56,43	46,69	31,64

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 15 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o principal equipamento de proteção utilizado nesse trabalho, por ramo de atividade - 2001

Qual era o principal equipamento de proteção que utilizava nesse trabalho	Agrícola	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
Capacete	2.356	360	2.918	322	1.470
	0,64	1,82	18,12	0,74	2,81
Óculos especiais	952	575	211	7.757	3.755
	0,26	2,90	1,31	17,77	7,18
Protetor facial (máscara, respirador etc.)	7.391	2.237	1.040	13.743	8.400
	2,02	11,28	6,46	31,47	16,06
Protetor auditivo (tampão, abafador etc.)	886	-	-	4.397	359
	0,24	-	-	10,07	0,69
Roupas (avental, colete, manga, perneira, capa etc.)	44.624	5.533	565	6.566	14.293
	12,20	27,90	3,51	15,04	27,33
Luvas	21.765	7.672	7.847	5.106	16.266
	5,95	38,68	48,73	11,69	31,10
Sapatos especiais (botas, botinas etc.)	250.450	1.643	2.779	2.804	3.069
	68,48	8,28	17,26	6,42	5,87
Outro equipamento de proteção	36.293	1.454	742	2.969	3.169
	9,92	7,33	4,61	6,80	6,06

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 16 traz a porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho, no período de um ano que antecedeu a pesquisa, de acordo com o tipo de machucado ou doença, por ramo de atividade. Corte é o maior problema enfrentado, com 64% das crianças na indústria e 62% na agricultura. Dor muscular também é freqüente, nos diversos ramos de atividade. Em torno de 13% das crianças declararam ter tido dor muscular, nos ramos da construção civil, serviços e comércio. Os itens abrangidos no questionário para identificar o tipo de machucado ou doença não foram adequados no caso da construção civil, pois 67% das crianças com algum tipo de problema no trabalho ficaram no item “outros”.

Tabela 16 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho, no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com tipo de machucado ou doença, por ramo de atividade - 2001

<b>Machucado/doença</b>	<b>Agrícola</b>	<b>Comércio</b>	<b>Construção</b>	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>
Picada de insetos	6,2	-	-	-	1,9
Irritação nos olhos	0,3	-	-	-	11,4
Infecção no ouvido	0,5	-	-	-	-
Problemas de pele	0,7	3,3	-	-	-
Problema respiratório	3,5	4,0	-	6,4	7,1
Dor muscular	4,7	12,9	13,9	-	13,4
Fratura ou entorse	4,7	5,4	-	10,0	5,8
Perda de membro	-	-	-	-	-
Corte	62,2	41,0	19,5	63,9	33,4
Queimadura	-	1,5	-	4,7	8,2
Outros	16,4	29,2	66,6	15,0	11,3

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 17 mostra o número e a proporção de crianças de 5 a 15 anos trabalhando e a porcentagem dos que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho, no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com as principais atividades agrícolas desenvolvidas. Há uma proporção elevada de crianças trabalhando na criação de animais, nas culturas de mandioca e milho e na produção de verduras, assim como na criação de aves, na cultura do arroz, café e fumo. As maiores incidências de machucados ou doenças devido ao trabalho ocorreram na cultura da banana, oleaginosas, rizicultura, produção de verduras e cultura do milho, todos com mais de 10% das crianças com problemas. Esses resultados são extremamente importantes, pois, apesar de muitas culturas agrícolas como, por exemplo, a cana-de-açúcar, sisal e fumo, serem amplamente discutidas na mídia e nos meios acadêmicos como sendo perigosas para os trabalhadores em geral e, principalmente, para as crianças, pouco ou nada se discute dos danos à saúde que culturas como a banana e a produção de verduras podem causar às crianças.



Tabela 17 - Número, freqüência e proporção de crianças de 5 a 15 anos trabalhando e que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho, no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com as principais atividades agrícolas desenvolvidas - 2001

Atividades Agrícolas	Número	%	% machucado ou doente
Criação de animais	250.880	15,1	8,7
Cultura de mandioca	205.780	12,4	7,9
Cultura de milho	204.595	12,3	10,7
Produção de verduras	172.004	10,3	10,4
Culturas diversas	336.870	20,2	8,3
Rizicultura	125.242	7,5	13,0
Criação de aves	107.996	6,5	1,6
Cafeicultura	83.141	5,0	8,5
Cultura de fumo	46.524	2,8	1,2
Pesca	26.526	1,6	8,5
Oleaginosas <sup>1</sup>	23.117	1,4	13,2
Cultura de soja	19.938	1,2	0
Banana	16.472	1,0	17,0
Cana-de-açúcar	14.931	0,9	8,4
Cotonicultura	10.461	0,6	9,1
Cultura de cacau	5.204	0,3	0
Silvicultura	2.112	0,1	0

Fonte: PNAD 2001.

<sup>1</sup> Inclui linhaça, mamona, castanha do Pará, castanha de caju, dendê, carnaúba etc.

Foi criado em 1996, no Brasil, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), para atender famílias pobres, com filhos de 7 a 14 anos trabalhando em condições penosas, insalubres e degradantes. Esse programa fornece a reposição da renda obtida pelas crianças às famílias, com a condição de elas irem à escola, ao invés de trabalharem. Crianças trabalhando no corte da cana-de-açúcar, corte e beneficiamento de sisal, produção de erva-mate, colheita de algodão e braquiária, citricultura, produção de fumo etc. foram beneficiadas pelo programa, por essas serem consideradas atividades perigosas. A quantia fixada é de, no máximo, R\$40,00 por criança. Para a sua concessão e manutenção mensal, é preciso que esta, além de abandonar o trabalho, tenha freqüência regular no ensino formal e em atividades sócio-educativas oferecidas no período complementar.

O PETI trabalha em parceria com os diversos setores dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil e destina-se, prioritariamente, às famílias atingidas pela pobreza e pela exclusão social, com renda per capita de até 1 salário mínimo, com filhos na faixa etária de 7 a 14 anos que trabalham em atividades perigosas, insalubres e degradantes.

Nesse sentido, o programa:

- possibilita o acesso, a permanência e o sucesso dessas crianças e adolescentes na escola, mediante a concessão às famílias de uma complementação de renda, a Bolsa Criança Cidadã;
- apóia e orienta as famílias beneficiadas, por meio da oferta de ações sócio-educativas;
- fomenta e incentiva a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por intermédio de atividades culturais, desportivas e de lazer, no período complementar ao do ensino regular, a chamada Jornada Ampliada;
- estimula a mudança de hábitos e atitudes, buscando a melhoria da qualidade de vida das famílias, numa estreita relação com a escola e a comunidade;
- estabelece parcerias com agentes públicos que garantam ações de diversos setores, principalmente no que diz respeito à oferta de programas e projetos de geração de trabalho e renda, com formação e qualificação profissional de adultos, assessoria técnica e crédito popular.

As famílias contempladas recebem uma mensalidade e, em contrapartida, as crianças inscritas freqüentam, no mínimo, 85% das aulas no sistema formal de ensino, além de participarem da Jornada

Ampliada. Os pais devem se comprometer a não enviar seus filhos ao trabalho.

A Jornada Ampliada, por sua vez, é um programa de educação complementar, sob a responsabilidade do município, realizado fora do horário de aula e não necessariamente na escola.

A participação da sociedade concretiza-se por meio dos Conselhos, sejam eles de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescentes ou Tutelares; do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; e das Comissões Estaduais e Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, das quais fazem parte membros dos demais Conselhos Setoriais.

A Tabela 18 mostra a evolução do PETI, no que se refere à cobertura e aos gastos, totais e per capita. No início do programa, em 1996, eram atendidos 3.710 crianças e adolescentes, tendo sido gasto cerca de 0,9 milhão de reais, o que representava R\$ 242 por pessoa. Em 2001, os gastos por criança praticamente

Tabela 18 - Cobertura, gastos em milhões de reais e gastos per capita em reais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -1996-2001

Ano	Cobertura	Gastos (R\$ milhões)
1996	3.710	0,9
1997	37.683	20,0
1998	117.200	42,9
1999	145.564	82,9
2000	394.969	182,6
2001	749.353	310,9

Fonte: Ministério da Assistência e Promoção Social, 2003.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é uma iniciativa de destaque como programa de renda mínima vinculada à educação como forma de erradicar o trabalho infantil. O PETI atua especificamente onde o problema é mais grave, ou seja, nas regiões em que há maior incidência de trabalho infantil perigoso.

Foi implementado em 1996, nas áreas rurais do Brasil, prioritariamente nas que apresentavam elevado índice de crianças engajadas nas piores formas de trabalho. Como a implantação nacional seria muito cara, o governo optou por iniciar o programa somente onde as piores formas foram identificadas. Assim, o PETI atendeu inicialmente 1.500 crianças que trabalhavam nos fornos de carvão e na colheita da erva-mate de 14 municípios do estado do Mato Grosso do Sul.

O PETI exige que os responsáveis pela criança comprometam-se formalmente a tirá-la do trabalho e que o governo municipal estenda o período de permanência dos beneficiários do programa, por meio da chamada Jornada Ampliada.

A Jornada Ampliada é implementada (e custeada) pelo município, seu principal objetivo é limitar o tempo da criança que ficaria disponível para o trabalho, mesmo que os pais tenham se comprometido formalmente a não inseri-la no mercado.

A criança passa o dia na escola, envolvida nas atividades sócio-educativas promovidas. O conteúdo da Jornada Ampliada não foi especificado no programa, por isso essas atividades variam bastante, entre as localidades, sendo que, em algumas, todas as crianças - beneficiárias ou não - podem participar delas.



Assim, o PETI tem efeitos diretos sobre o trabalho infantil porque, para participar, a criança é obrigada a deixar o emprego; há também efeitos indiretos sobre a população não beneficiária, embora esses últimos sejam ambíguos. Por exemplo, as crianças não beneficiárias podem ser incentivadas a trabalhar, uma vez que tornar a mão-de-obra infantil escassa eleva os salários, ou incentivadas a permanecer na escola, porque podem participar da Jornada Ampliada, mesmo não estando inscritas no programa (Yap, Sedlacek e Orazem, 2001).

Atualmente, o programa atende cerca de 800 mil meninos e meninas, em 237 municípios de 14 estados, contando com um orçamento de mais de 300 milhões de reais.

Yap, Sedlacek e Orazem (2001) avaliaram os impactos do PETI, construindo grupos de tratamento e controle, a fim de comparar engajamento e progresso escolar, trabalho, trabalho perigoso e jornada, entre crianças de domicílios participantes e não participantes do programa. Os autores delimitaram uma amostra com grupo de controle e tratamento, devido ao fato de que o programa foi implementado progressivamente em regiões semelhantes. A estratégia adotada de entrevistar as famílias beneficiárias e não-beneficiárias permitiu que os dados fossem obtidos, respeitando a amostra definida e evitando a possibilidade de os coeficientes estimados serem enviesados.

Assim, alguns municípios de Pernambuco, Bahia e Sergipe, que foram escolhidos para as primeiras experiências do PETI<sup>6</sup>, foram também selecionados para a avaliação proposta pelos autores. Devido à existência de diferenças no programa entre os estados participantes, a avaliação foi realizada para cada um deles separadamente. Foram recolhidos, em cada estado, dados de seis municípios, que foram divididos em dois grupos: i) o grupo de tratamento, que correspondia a três municípios participantes do programa; e ii) um grupo de controle, constituído de três municípios similares ao do primeiro grupo, mas que não participavam do PETI<sup>7</sup>.

De cada município, foram escolhidos aleatoriamente 200 domicílios que tinham pelo menos uma criança com idade entre sete e catorze anos para compor a amostra. Então foram recolhidas informações sobre a criança, seus pais e o domicílio. Em domicílios que participavam do PETI, também foi questionado o número de crianças inscritas, além do primeiro ano de participação. Além disso, a análise concentrou-se nos domicílios mais pobres, excluindo da amostra aqueles que eram considerados muito ricos para participar do programa<sup>8</sup>.

Yap, Sedlacek e Orazem (2001) concluem então que o programa é eficiente em limitar o trabalho infantil. Porém, embora os pais concordem em retirar os filhos do trabalho, é difícil fazer com que isso realmente ocorra, dado que o trabalho no domicílio ou para o consumo da família figura entre as principais atividades das crianças. Assim, o PETI tem menos eficiência em reduzir a probabilidade de uma criança trabalhar em jornadas inferiores a dez horas semanais.

---

<sup>6</sup> A Bahia foi escolhida pela presença de crianças na cultura de sisal; Sergipe, por causa do trabalho na indústria pesqueira e Pernambuco, por empregar crianças na produção de cana-de-açúcar.

<sup>7</sup> Na Bahia e em Sergipe, os municípios do grupo de controle haviam optado por participar do PETI, mas a implantação ainda não havia ocorrido; em Pernambuco, foram escolhidos municípios que optaram inicialmente por não participar do programa.

<sup>8</sup> A população excluída representa entre 6 e 10% da amostra, dependendo do município.

Além disso, como não há uma proposta padrão para as atividades a serem desenvolvidas durante a Jornada Ampliada, pode existir algum risco de torná-la ineficiente, uma vez que a idéia não é apenas manter as crianças ocupadas, mas sim contribuir para o desenvolvimento psico-social destes indivíduos. A Tabela 19 apresenta o número de crianças de 5 a 13 anos e de jovens de 14 a 17 anos envolvidos em ocupações perigosas. Essas ocupações foram escolhidas com base nas pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (“Guidelines for classifying forms of child labour”) e onde há atuação do PETI para a retirada de crianças do trabalho. A estas foram acrescentadas ocupações que apresentam alto índice de acidentes e problemas de saúde, como condicionador, costureira e emprego doméstico. O trabalho em plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores foi classificado como pertencente ao grupo de atividades agropecuárias perigosas. Essas atividades foram bastante discutidas na mídia e foram combatidas através do PETI, mas não esgotam a lista de atividades perigosas, dentro do ramo agrícola. Como vimos, a cultura da banana foi a principal causadora de machucados nos trabalhadores infantis e não está incluída na lista. Por outro lado, não seria razoável incluir como atividade perigosa a ordenha de leite realizada por uma criança, uma vez ao dia.

De acordo com a Tabela 19, a maioria das crianças trabalha em atividades agrícolas, comércio ambulante e emprego doméstico, nessa ordem. Já a maioria dos jovens está em emprego doméstico, atividades agrícolas e construção civil. No total, quase dois milhões de pessoas de 5 a 17 anos estão envolvidas em ocupações perigosas, ainda que restringidas às atividades agrícolas.



Tabela 19 - Número e proporção de pessoas de 5 a 13 anos e de 14 a 17 anos em atividades perigosas no Brasil, por ocupação, selecionando algumas atividades agrícolas - 2001

Ocupações	No. indivíduos de 5 a 13 anos	%	No. indivíduos de 14 a 17 anos	%
Atividades agrícolas*	232.166	42,64	357.525	21,25
Acondicionador	8.432	1,55	86.433	5,14
Comércio ambulante	82.972	15,24	96.749	5,75
Encanador	-	-	1.401	0,08
Borracheiro	2.938	0,54	7.862	0,47
Fabricação de calçados	2.317	0,43	37.135	2,21
Costureira/bordadeira	23.176	4,26	65.427	3,89
Cozinheiro/garçom	36.378	6,68	126.565	7,52
Doceiro/padeiro	6.096	1,12	27.581	1,64
Draguista	-	-	1.335	0,08
Eletricista	1.638	0,3	29.810	1,77
Emprego doméstico	72.489	13,31	421.513	25,05
Estivador	-	-	762	0,05
Extrativismo vegetal e mineral	22.436	4,12	36.144	2,15
Afiador/ferramenteiro/cunhador	344	0,06	3.420	0,2
Indústria de couro	-	-	3.678	0,22
Indústria diversos	5.354	0,98	21.226	1,26
Tecelagem	2.010	0,37	8.565	0,51
Lixeiro	1.165	0,21	1.269	0,08
Marcenaria	3.806	0,7	36.288	2,16
Marmorista	719	0,13	720	0,04
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	14.479	2,66	109.679	6,52
Indústria metalúrgica	-	-	3.502	0,21
Militar/Guarda de segurança	701	0,13	2.507	0,15
Produção de cerâmica/olaria	7.852	1,44	15.447	0,92
Ind. papel, borracha e plástico	-	-	6.204	0,37
Construção civil	16.343	3,00	166.904	9,92
Tapeceiro/tecelão	210	0,04	2.860	0,17
Indústria de vidros/vidraceiro	482	0,09	4.253	0,25

Fonte: PNAD 2001.

\*Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar e fumo, na criação de animais e no corte de árvores.

### 3. Características do Trabalho

A Tabela 20 mostra a posição da ocupação de crianças de 5 a 15 anos no trabalho em empreendimento do ramo agrícola. A grande maioria não recebe remuneração, trabalha na própria unidade domiciliar e na produção para o próprio consumo. Aproximadamente 87% dos meninos e 95% das meninas enquadram-se nessas categorias. Outra posição significativa é a de empregado temporário, com 8% dos meninos e 4% das meninas. Há 4% dos meninos trabalhando como empregados permanentes.

Tabela 20 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos no trabalho que tinham, na semana de referência em empreendimento do ramo agrícola, por posição na ocupação e por sexo - 2001

Posição da Ocupação	Meninos	Meninas
Empregado permanente na agricultura, silvicultura, criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos	44.132	2.012
	3,6	0,5
Empregado permanente em outra atividade	5.218	-
	0,4	-
Empregado temporário	92.715	16.177
	7,5	3,7
Conta própria na agricultura, silvicultura criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos	6.553	3.446
	0,5	0,8
Conta própria em outra atividade	8.095	1.696
	0,7	0,4
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	855.876	308.879
	69,4	71,3
Outro trabalhador não remunerado	14.298	2.037
	1,2	0,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	205.812	98.872
	16,7	22,8

Fonte: PNAD 2001.

As crianças de 5 a 15 anos que trabalham no ramo de atividade agrícola trabalham um número menor de horas semanais, quando comparadas às que trabalham em outros ramos de atividade. De acordo com a Tabela 21, mais de 60% das crianças trabalham até 20 horas por semana e só 6% trabalham mais de 40 horas semanais. No ramo de serviços, por outro lado, 23% das crianças trabalham mais de 40 horas e 38%, até 20 horas por semana. Na última coluna da Tabela 21, está o número médio de horas semanais de trabalho das crianças. A menor média é no ramo agrícola (21 horas) e a maior encontra-se na construção civil (30,5 horas).

Tabela 21 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o número de horas de trabalho na semana. A média do número de horas semanais de trabalho está apresentada na última coluna - 2001

Ramo de Atividade	Número de horas de trabalho na semana					Média
	1 a 10 horas	+10 a 20	+20 a 40	+40 a 48	+ de 48	
Agrícola	336.415	728.352	496.496	53.840	50.149	21,2
	20,20	43,74	29,82	3,23	3,01	
Serviços	93.863	127.475	216.539	65.623	65.416	28,8
	16,50	22,41	38,06	11,53	11,50	
Comércio	92.545	148.858	143.661	39.696	26.186	23,7
	20,52	33,01	31,86	8,80	5,81	
Indústria	28.041	67.901	89.079	27.601	9.685	27,1
	12,61	30,54	40,07	12,42	4,36	
Construção Civil	5.546	15.850	29.921	8.980	3.757	30,5
	8,66	24,74	46,71	14,02	5,87	

Fonte: PNAD 2001.

As crianças que trabalham, quando remuneradas, recebem menos do que o salário mínimo instituído por lei. O ramo agrícola é o que concentra a maior porcentagem de crianças (96,2%) recebendo somente até meio salário mínimo por mês. Apesar de, em todos os ramos de atividade, a grande maioria das crianças também estar concentrada na faixa de recebimento de até meio salário mínimo mensal, a proporção é inferior à da agricultura, como pode ser visto na Tabela 22.

Tabela 22 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificados pelo salário mínimo mensal, por ramo de atividade - 2001

Salário mínimo mensal*	Agrícola	Construção Civil	Serviços	Indústria	Comércio	Social
(0,0 - 0,5]	1.599.714	44.397	461.142	168.158	384.124	34.841
	96,2%	69,3%	81,6%	76,0%	85,5%	72,1%
(0,5 - 1,0]	50.409	12.642	85.312	41.522	46.007	10.876
	3,0%	19,7%	15,1%	18,8%	10,2%	22,5%
(1,0 - 2,0]	11.108	7.015	17.604	11.433	16.488	1.738
	0,7%	11,0%	3,1%	5,2%	3,7%	3,6%
(2,0 - 3,0]	1.126	-	1.351	-	2.497	857
	0,1%	-	0,2%	-	0,6%	1,8%

Fonte: PNAD 2001.

\* Foi considerado um salário mínimo de R\$200,00 em setembro de 2001.



Como vimos, a maioria das crianças trabalha sem rendimento. Se analisarmos a proporção de menores que recebem ou não rendimento, por atividade do ramo agrícola, vamos observar, na Tabela 23, que, em alguns casos, praticamente ninguém tem salário. Nas culturas de soja, mandioca e arroz, na criação de aves e na silvicultura, mais de 95% das crianças não têm rendimento. As atividades com a maior porcentagem de crianças recebendo pagamentos pelo seu trabalho são a cultura da cana-de-açúcar, a extração de carvão e a agropecuária. O fato de, nessas atividades, a maioria das crianças ser paga caracteriza produção não familiar e o perigo ao qual estes menores estão sendo expostos, ao efetuar trabalhos considerados perigosos e sem a supervisão de familiares.

Tabela 23 - Proporção de crianças de 5 a 15 anos que não recebem rendimentos pelo trabalho exercido, de acordo com as principais atividades agrícolas desenvolvidas - 2001

<b>Atividades Agrícolas</b>	<b>% sem rendimento</b>
Criação de animais	82,0
Cultura de milho	94,9
Banana	87,9
Cafeicultura	82,5
Culturas diversas	88,0
Cultura de soja	95,3
Cultura de mandioca	95,3
Criação de aves	97,5
Rizicultura	98,3
Produção de verduras	89,7
Cultura de fumo	94,3
Pesca	82,7
Oleaginosas <sup>1</sup>	78,8
Cana-de-açúcar	47,8
Cotonicultura	84,6
Cultura de cacau	64,8
Produção de carvão	26,9
Extração de raízes e ervas	84,6
Agropecuária	46,4
Silvicultura	100,0
Outros	82,4

Source: PNAD 2001.

<sup>1</sup> Inclui linhaça, mamona, castanha do Pará, castanha de caju, dendê, carnaúba etc.

O rendimento por hora de trabalho que as crianças recebem nessas atividades do ramo agrícola está em torno de R\$3,00 (excluindo os rendimentos iguais a zero). De acordo com a Tabela 24, os maiores valores são pagos para aqueles que trabalham na produção de carvão, mandioca e cana-de-açúcar (acima de R\$3,50) e os mais baixos estão associados à criação de aves, ao trabalho com a cultura

de cacau, algodão e verduras (abaixo de R\$2,30). O tamanho da amostra observada foi colocado na Tabela para destacar que em alguns casos a amostra é muito pequena e pode não ser representativa da população, devendo o resultado ser analisado com cuidado.

Tabela 24 - Rendimento por hora de trabalho de crianças de 5 a 15 anos e tamanho da amostra, de acordo com as principais atividades agrícolas desenvolvidas - 2001

<b>Atividades Agrícolas</b>	<b>Salário/hora</b>	<b>Tamanho da amostra</b>
Criação de animais	2,69	94
Cultura de milho	2,78	18
Banana	2,98	4
Cafeicultura	3,19	28
Culturas diversas	3,09	81
Cultura de soja	2,84	2
Cultura de mandioca	4,14	21
Criação de aves	2,08	6
Rizicultura	3,58	3
Produção de verduras	2,31	35
Cultura de fumo	2,98	5
Pesca	2,52	11
Oleaginosas <sup>1</sup>	2,66	8
Cana-de-açúcar	3,67	14
Cotonicultura	2,27	3
Cultura de cacau	2,09	4
Produção de carvão	4,93	2
Agropecuária	2,35	5

Fonte: PNAD 2001.

<sup>1</sup> Inclui linhaça, mamona, castanha do Pará, castanha de caju, dendê, carnaúba etc.

Apesar de ganharem pouco, a contribuição das crianças com rendimentos (ou seja, a minoria das crianças analisadas) para a renda familiar é alta. A Tabela 25 mostra que, em mais de 50% das famílias com filhos de 5 a 15 anos trabalhando no ramo agrícola e recebendo rendimentos, a contribuição destes é de mais de 20% da renda familiar e, em 16,5% das famílias, a contribuição das crianças chega a mais de 40%. De acordo com esses dados, portanto, a maior contribuição dos rendimentos das crianças na renda familiar ocorre no ramo de atividade agrícola, quando comparado aos outros ramos.

Tabela 25 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por ramo de atividade\* - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	Agrícola	Construção Civil	Serviços	Indústria	Comércio	Social
(0 - 10]	27.005	7.292	128.074	34.699	79.009	14.942
	16,4%	20,7%	36,5%	30,4%	37,2%	48,4%
(10 - 20]	51.445	7.379	103.318	35.340	56.678	8.606
	31,2%	20,9%	29,5%	31,0%	26,7%	27,9%
(20 - 30]	28.194	11.809	54.457	21.966	35.191	3.707
	17,1%	33,5%	15,5%	19,2%	16,6%	12,0%
(30 - 40]	31.276	4.508	25.460	10.750	17.807	2.725
	19,0%	12,8%	7,3%	9,4%	8,4%	8,8%
(40 - 100]	27.167	4.247	39.266	11.380	23.531	887
	16,5%	12,0%	11,2%	10,0%	11,1%	2,9%

Fonte: PNAD 2001.

\* inclui somente crianças com rendimento positivo.

A Tabela 26 é a mesma da anterior, porém restringe a amostra a crianças trabalhando na agricultura e estratifica-a por região do Brasil. A maior proporção de famílias cuja contribuição do rendimento das crianças trabalhando na agricultura para a renda familiar é de mais de 40% ocorre na região Nordeste (23%). Na região Sul, apesar de haver grande número de crianças trabalhando na agricultura, elas não colaboram muito com a renda familiar, tendo a menor porcentagem (7% para uma contribuição de 40% da renda ou mais), dentre todas as regiões. Isso se deve possivelmente a um maior nível de renda nessa região, comparada às demais. O Nordeste, por outro lado, tem o menor nível de renda.



Tabela 26 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos trabalhando na agricultura contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por região\* - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	NE	N	CO	SE	S
(0 - 10]	11.499	365	322	7.044	6.100
	15,49	6,98	4,42	15,65	27,91
(10 - 20]	18.650	2.136	1.308	15.441	8.497
	25,13	40,83	17,94	34,31	38,88
(20 - 30]	12.527	1.546	2.681	6.504	3.989
	16,88	29,55	36,78	14,45	18,25
(30 - 40]	14.503	211	1.972	10.718	1.725
	19,54	4,03	27,05	23,82	7,89
(40 - 100]	17.046	973	1.007	5.293	1.542
	22,97	18,60	13,81	11,76	7,06

Fonte: PNAD 2001.

\*Inclui somente crianças com rendimento positivo.

A Tabela 27 foi construída para confirmar ou não as suposições levantadas anteriormente sobre a renda. Para cada região do Brasil, está apresentado o salário mensal médio de todas as crianças de 5 a 15 anos trabalhando na agricultura, assim como a renda mensal familiar e per capita destas crianças. A menor renda familiar mensal per capita é a da região Nordeste, como esperado. As regiões Centro-Oeste e Sul apresentam as maiores rendas per capita, mas no Centro-Oeste o salário das crianças é bem maior do que no Sul, o que pode explicar a maior contribuição da renda das crianças no Centro-Oeste e a mais baixa contribuição no Sul do país.

Tabela 27 - Valor médio do salário mensal das crianças de 5 a 15 anos trabalhando na agricultura, renda mensal média das famílias com filhos de 5 a 15 anos trabalhando na agricultura e renda mensal média da família per capita, por região\* - 2001

	NE	N	SE	CO	S
Salário mensal médio das crianças de 5 a 15 anos	71,02	125,93	114,41	173,64	121,53
Renda mensal média da família	293,54	447,79	510,87	477,51	494,92
Renda mensal média da família per capita	50,38	85,39	102,16	106,11	106,09

Fonte: PNAD 2001.

\*Inclui somente crianças com rendimento positivo.

Sabe-se que a desigualdade da distribuição da renda no Brasil é uma das maiores do mundo. Segundo Hoffmann (2001), a renda média dos que estão entre os mais ricos (1%) é 58 vezes maior do que a renda média dos 50% mais pobres. A desigualdade entre regiões reflete-se na desigualdade da distribuição da renda. Por exemplo, o rendimento per capita médio no estado de São Paulo é 2,73 vezes maior do que o do Nordeste. As pessoas com rendimento per capita acima de R\$1.000,00 na área urbana, e R\$300,00, no meio rural, constituem os 5% mais ricos de cada área, que nos dois casos ficam com 32,7% da renda total declarada. Utilizando a PNAD de 1998, Hoffmann constatou que, do total de 154 milhões de pessoas com declaração de rendimento familiar **per capita**, 44 milhões são pobres, isto é, estavam abaixo da linha de pobreza de meio salário mínimo ou R\$ 65,00 per capita em setembro de 1998, o que representa uma proporção de pobres de 28,5%. A região Nordeste tem 52% do total de pessoas pobres e destaca-se por apresentar medidas de pobreza cujo valor está próximo do dobro do observado para o país.

A Tabela 28 mostra a posição da ocupação de crianças de 5 a 15 anos no trabalho em empreendimento do ramo agrícola, nas áreas urbanas e rurais, por região. Das crianças que têm atividade agrícola no trabalho principal, quase 20% habitam a área urbana, estando mais de 80% no meio rural. A região Sul possui a maior porcentagem de crianças exercendo trabalho não remunerado (92,5%), apesar de essa porcentagem ser alta para todas as regiões. Isso pode ocorrer devido a existir maior proporção de crianças trabalhando em agricultura familiar. Observa-se, na Tabela 28, que, das crianças que moram na área urbana da região Sul, 63,3% trabalham na produção para o próprio consumo. Essa proporção é a maior observada dentre as regiões e reflete o trabalho na agricultura familiar. Interessante observar que esse fato não se repete no meio rural.

Tabela 28 - Posição da ocupação de crianças de 5 a 15 anos, no trabalho na semana de referência, em empreendimento do ramo agrícola, por região - 2001

Posição da Ocupação	Área Urbana					Área Rural				
	CO	NE	N	S	SE	CO	NE	N	S	SE
Empregado permanente na agricultura, silvicultura, ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos.	10,9	4,0	4,9	3,6	7,6	6,7	1,4	-	1,9	6,0
Empregado permanente em outra atividade.	2,3	0,2	1,6	1,4	4,2	-	0,1	-	-	0,3
Empregado temporário	11,3	14,6	12,5	12,8	13,9	0,6	5,1	-	2,9	11,0
Conta-própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos.	-	1,2	-	-	-	-	0,7	-	0,8	0,3
Conta-própria em outra atividade	-	2,2	2,9	1,3	2,8	-	0,5	-	-	-
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	36,9	59,7	55,1	17,5	35,0	82,4	76,5	65,4	76,8	58,6
Outro trabalhador não remunerado	-	2,7	2,5	-	-	-	1,2	2,7	0,4	0,2
Trabalhador na produção para o próprio consumo	38,7	15,4	20,4	63,3	36,6	10,3	14,6	30,7	17,1	23,5

Fonte: PNAD, 2001.

A agricultura familiar tem grande importância no Brasil.<sup>9</sup> Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), aproximadamente 84% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. Dos alimentos consumidos pela população brasileira, 60% são provenientes da agricultura familiar, representando 40% do valor bruto da produção agropecuária. Estima-se que 67% do feijão consumido no país, 84% da mandioca, 31% do arroz, 33% do algodão, 72% da cebola, 49% do milho, 5,8% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, e 40% de aves e ovos, 97% do fumo, 58% da banana, 27% da laranja, 46% do trigo, 27% da laranja, 25% do café, 47% da uva e 10% da cana-de-açúcar vêm da produção familiar. Entre 1989 e 1999, a produção agrícola familiar cresceu 3,8%, sendo esse segmento o que mais cresceu na década de 90.

Em 1995, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), com os objetivos de incentivar a pequena produção agrícola e melhorar o padrão de vida das famílias rurais. O PRONAF também tem como objetivos atender a demanda do país por alimentos básicos, bem como gerar emprego, por meio do aumento da participação da mulher e do jovem no meio agrícola.

Assim como os grandes e médios produtores agrícolas, o pequeno produtor agrícola também dispõe de linhas de financiamento oriundas de recursos públicos para subsidiar suas plantações e investir na propriedade. Uma vez que os juros são menores do que aqueles praticados no mercado financeiro, cabe ao Banco do Brasil intermediar, analisar e aprovar as transações financeiras por meio da abertura de contas e liberação dos recursos do PRONAF, para as famílias rurais.

A Tabela 29 apresenta o número de contratos concedidos e o valor total financiado em reais do PRONAF em 2001, segundo o tipo da linha de crédito. Pode-se observar que cada produtor rural recebeu, em média, R\$ 2.761,18 por ano para financiar a safra e investir na propriedade. Do montante de recursos disponíveis do PRONAF, a maior parte do crédito, cerca de 88% do total de contratos, é para financiar a safra agrícola, somente com custeio da produção. Percebe-se, também, que existem alguns produtos tradicionalmente cultivados por pequenos produtores, conforme é observado no expressivo número de contratos aprovados para financiar as safras de milho (204.797) e fumo (70.162).

---

<sup>9</sup> O INCRA caracteriza agricultura familiar como aquela em que a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor e quando o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

Tabela 29 - Total de contratos e total financiado por finalidade e modalidade agrícola do PRONAF em reais no Brasil - 2001

<b>Finalidade/Modalidade</b>	<b>Contratos</b>	<b>Total financiado (R\$)</b>	<b>Total/contrato (R\$)</b>
Custeio Agrícola	647.505	1.499.099.315,37	2.315,19
Beneficiamento ou industrialização	99	248.593,95	2.511,05
Crédito rotativo	173.671	734.507.060,95	4.229,30
Extrativismo espécies nativas	2	2.304,00	1.152,00
Lavoura	470.777	763.257.810,17	1.621,27
Algodão	3.598	5.519.859,72	1.534,50
Arroz	15.472	22.629.991,05	1.462,64
Batata	541	1.496.386,44	2.765,96
Café	24.906	46.838.349,90	1.880,61
Cana-de-açúcar	1.393	2.862.548,34	2.054,95
Feijão	30.666	33.483.777,87	1.091,89
Fumo	70.162	169.704.514,09	2.418,75
Mandioca	29,53	37.977.217,76	1.286,06
Milho	204.797	254.696.324,70	1.243,65
Soja	63.471	122.292.309,42	1.926,74
Trigo	5.253	15.000.068,26	2.855,52
Outras aplicações	2.956	1.083.546,30	366,56
<b>Custeio Pecuária</b>	<b>57.812</b>	<b>199.599.561,05</b>	<b>3.452,56</b>
Animais	19.932	29.060.852,26	1.458,00
Beneficiamento ou industrialização	13	57.399,93	4.415,38
Crédito rotativo	36.271	168.425.876,41	4.643,54
Outras aplicações	1.596	2.055.432,45	1.287,86
<b>Investimento Agrícola</b>	<b>16,067</b>	<b>116.457.601,13</b>	<b>7.248,25</b>
Animais de serviço	281	1.480.052,60	5.267,09
Formação culturas perenes	4,567	17.607.252,59	3.855,32
Máquinas e equipamentos	2,023	14.313.094,99	7.075,18
Melhor. explorações	5,993	50.984.216,15	8.507,29
Outras aplicações	2,936	31.243.988,44	10.641,69
Veículos	267	828.996,72	3.104,86
<b>Investimento Pecuária</b>	<b>79,269</b>	<b>395.587.767,3</b>	<b>4.990,45</b>
Animais de serviço	1,946	2.227.008,15	1.144,40
Aquisição de animais	26,343	166.721.965,21	6.328,89
Máquinas e equipamentos	4,431	8.023.873,67	1.810,85
Melhor. explorações	35,779	178.357.769,24	4.984,98
Outras aplicações	9,571	39.671.570,42	4.144,98
Veículos	1,199	585.580,4	488,39
<b>Total Geral</b>	<b>800.653</b>	<b>2.210.744.245,24</b>	<b>2.761,18</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural 2001.

A Tabela 30 apresenta a quantidade de produtores atendidos e os recursos despendidos do PRONAF, com crédito de custeio e investimento, em 2001. Observa-se que os recursos não foram distribuídos homogeneamente entre os estados. Por exemplo, os produtores da região Centro-Oeste, na média, receberam 4,3 vezes mais recursos do que os produtores localizados na região Nordeste. Cada produtor na região Centro-Oeste recebeu, em 2001, aproximadamente 6.568 reais, para financiar sua safra

enquanto os produtores da região Nordeste receberam apenas cerca de 1.466 reais. Geralmente, como existem grandes áreas de produção na região Centro-Oeste, um pequeno produtor dessa região é considerado grande em comparação à região Nordeste.

Tabela 30 - Quantidade de produtores atendidos e recursos despendidos com crédito rural do PRONAF - 2001

<b>Região/Estado</b>	<b>Produtores</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>Total/produtor (R\$)</b>
Região Norte	19.518	69.824.524	3.577
Acre	933	1.974.957	2.117
Amazonas	134	291.308	2.174
Amapá	28	31.755	1.134
Pará	1.264	4.731.181	3.743
Rondônia	14.258	48.744.963	3.419
Roraima	1	2.815	2.815
Tocantins	2.900	14.047.545	4.844
Região Nordeste	167.039	244.885.209	1.466
Alagoas	14.264	23.164.346	1.624
Bahia	46.237	78.812.598	1.705
Ceará	12.423	18.157.167	1.462
Maranhão	20.204	28.054.893	1.389
Paraíba	9.244	15.412.109	1.667
Pernambuco	8.957	17.018.479	1.900
Piauí	20.145	22.022.750	1.093
Rio Grande do Norte	17.278	21.258.046	1.230
Sergipe	18.287	20.984.822	1.148
Região Sudeste	101.293	367.771.018	3.631
Espírito Santo	21.684	62.245.234	2.871
Minas Gerais	58.598	199.544.048	3.405
Rio de Janeiro	4.615	21.333.894	4.623
São Paulo	16.396	84.647.842	5.163
Região Sul	475.760	1.284.976.186	2.701
Paraná	117.758	392.910.140	3.337
Rio Grande do Sul	107.188	326.345.749	3.045
Santa Catarina	250.814	565.720.296	2.256
Região Centro-Oeste	37.043	243.287.288	6.568
Distrito Federal	229	970.262	4.237
Goiás	12.924	74.352.796	5.753
Mato Grosso do Sul	7.524	43.505.778	5.782
Mato Grosso	16.366	124.458.452	7.605
Brasil	800.653	2.210.744.224	2.761

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural 2001.



Para os municípios que possuem como base a agricultura familiar, existe, também, uma linha de financiamento com recursos especialmente voltados para investimentos de infra-estrutura, naqueles que foram previamente cadastrados no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esses recursos possibilitam a construção de centros e armazéns comunitários, infra-estrutura para capacitação e profissionalização de agricultores familiares, açudes, poços artesianos, dessalinizadores, pontes, rede de distribuição de energia e centrais de comercialização, entre outros investimentos. Os recursos são administrados e fiscalizados conjuntamente entre as prefeituras e sindicatos ou associações de pequenos produtores rurais. Esse tipo de recurso constitui um grande fator para o desenvolvimento agrícola, porque, como se observa em municípios rurais dos estados das regiões Norte e Nordeste, principalmente, a baixa infra-estrutura da comunidade para armazenar alimentos, a falta de agências bancárias e a baixa escolarização dos produtores são fatores que desestimulam a produção agrícola e, conseqüentemente, dificultam o aumento da renda.

A Tabela 31 apresenta o número de famílias beneficiadas e o total investido por estado pelo PRONAF para infra-estrutura municipal, em 2001. Pode-se observar que R\$ 151,39 aproximadamente, foram gastos por família de pequeno produtor no Brasil. Entre os maiores beneficiados, estão justamente os produtores localizados na região onde prevalece o maior nível de pobreza. Observa-se que cada família de produtores rurais da região Nordeste foi beneficiada com cerca de 174 reais, por meio desse tipo de crédito. Isso vem mostrar que esse tipo de recurso foi justamente distribuído, já que os municípios localizados no Nordeste rural apresentam os piores indicadores de qualidade de vida de todo o país e necessitam de maiores investimentos para se desenvolverem.



Tabela 31 - Quantidade de famílias beneficiadas e recursos despendidos com investimento em infraestrutura do PRONAF - 2001

<b>Região/Estado</b>	<b>Famílias beneficiadas</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>Total/família (R\$)</b>
Região Norte	186.202	26.791.025	143,88
Acre	28.745	2.550.000	88,71
Amazonas	13.400	3.346.025	249,70
Amapá	7.269	495.000	68,10
Pará	39.649	8.400.000	211,86
Rondônia	29.736	4.800.000	161,42
Roraima	27.754	1.350.000	48,64
Tocantins	39.649	5.850.000	147,54
Região Nordeste	649.839	113.100.000	174,04
Alagoas	75.729	6.150.000	81,21
Bahia	79.297	26.250.000	331,03
Ceará	69.385	15.900.000	229,16
Maranhão	63.438	9.000.000	141,87
Paraíba	75.332	12.900.000	171,24
Pernambuco	73.746	13.200.000	178,99
Piauí	62.446	10.950.000	175,35
Rio Grande do Norte	74.341	11.250.000	151,33
Sergipe	76.125	7.500.000	98,52
Região Sudeste	111.566	18.118.180	162,40
Espírito Santo	19.932	1.939.090	97,29
Minas Gerais	43.233	12.430.715	287,53
Rio de Janeiro	19.932	1.680.480	84,31
São Paulo	28.468	2.067.895	72,64
Região Sul	86.114	7.818.930	90,80
Paraná	32.009	2.906.310	90,80
Rio Grande do Sul	28.476	2.456.310	86,26
Santa Catarina	25.629	2.456.310	95,84
Região Centro-Oeste	91.280	4.483.345	49,12
Distrito Federal	28.547	216.000	7,57
Goiás	21.106	1.916.345	90,80
Mato Grosso do Sul	19.951	992.000	49,72
Mato Grosso	21.677	1.359.000	62,69
Brasil	1.125.000	170.311.480	151,39

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para a safra 2003/2004, inovações surgiram em relação aos anos anteriores, como diferentes linhas de financiamento para crédito de custeio e investimento da pequena produção agrícola, de acordo com o volume total de renda gerada na propriedade, e linhas de crédito especiais para estimular o pequeno produtor, conforme sua localização e infra-estrutura disponível. Essas inovações procuram atender a demanda do país por alimentos básicos, resolver problemas sociais, como geração de renda

e emprego, incentivando a participação da mulher e do jovem na produção agrícola, além de estimular o agroturismo, pesca e extrativismo vegetal. Entretanto, cada pequeno produtor rural deve atender a quatro critérios básicos de elegibilidade para participar do PRONAF, que são:

- 1) Ser pequeno produtor rural, proprietário ou não do terreno (posseiro, arrendatário ou parceiro). O critério que classifica o tamanho da propriedade está baseado nos módulos fiscais medidos em hectares, que variam de município para município.
- 2) Ter até dois empregados permanentes.
- 3) Ter, no mínimo, 80% da renda bruta proveniente da atividade agropecuária ou extrativista.
- 4) Residir na propriedade ou próximo dela.

Com as novas mudanças do PRONAF, os pequenos produtores serão enquadrados em cinco grupos e, a partir daí, receberão recursos com taxas de juros diferenciadas, para financiar a safra e investir na propriedade. O Quadro 1 apresenta os cinco diferentes grupos para recebimento do financiamento, de acordo com a renda bruta, além dos valores máximos permitidos para custeio, investimento e taxas de juros a serem aplicadas.

Os produtores que possuem uma renda bruta anual entre 2 mil e 14 mil reais serão enquadrados no Grupo C. Isto quer dizer que eles podem financiar qualquer investimento na propriedade com valor de até 5 mil reais e com juros de 4% ao ano mais bônus, tendo um prazo de pagamento de até oito anos. Os produtores desse grupo podem contar também com cerca de 2,5 mil reais por ano, para custear sua produção com juros de 4% ao ano mais bônus e um prazo de até dois anos para pagar.



Quadro 1 - Novos critérios do programa nacional de agricultura familiar (a partir da safra 2003/2004)

	<b>Enquadramento</b>	<b>Valores para Investimento</b>	<b>Valores para custeio</b>
<b>Grupo A</b>	Linha de financiamento destinada à estruturação produtiva das famílias assentadas da reforma agrária	R\$ 13,5 mil mais R\$ 1,5 mil para assistência técnica a fundo perdido, com juros de 1,15% ao ano e bônus (desconto para pagamento em dia dos financiamentos) de até 46% sobre o principal. O prazo para pagamento é de até dez anos com até cinco de carência	R\$ 2,5 mil com juros de 2% ao ano e bônus de R\$ 200,00, independente do valor contratado. O prazo para pagamento é de até dois anos
<b>Grupo B</b>	Recursos destinados a agricultores com renda familiar anual bruta até 2 mil	R\$ 1 mil, com juros de 7,25% ao ano e bônus de 25% sobre o principal. Os agricultores terão um ano de carência e mais um ano para liquidar a operação	Idem Grupo A
<b>Grupo C</b>	Recursos destinados a agricultores com renda familiar anual bruta entre 2 mil e 14 mil reais	R\$ 5 mil, com juros de 7,25% ao ano e bônus de 25% sobre os juros, mais bônus de R\$ 700,00, independente do valor contratado. O prazo para pagamento é de até oito anos com carência de até cinco anos	R\$ 2,5 mil com juros de 4% ao ano e bônus de R\$ 200,00, independente do valor contratado. O prazo para pagamento é de até dois anos
<b>Grupo D</b>	Recursos destinados a agricultores com renda familiar anual bruta entre 4 mil e 14 mil reais	R\$ 18 mil, com juros de 7,25% ao ano e bônus de 25% sobre os juros. O prazo para pagamento é de até oito anos com carência de até cinco anos	R\$ 6 mil com juros de 4% ao ano. O prazo para pagamento é de até dois anos
<b>Grupo E (Proger Rural Familiar)</b>	Recursos destinados a agricultores com renda familiar anual bruta entre 40 mil e 60 mil reais	Valor máximo de R\$ 36 mil, com juros de 7,25% ao ano. O prazo para pagamento é de até oito anos com três anos de carência	Valor máximo de R\$ 28 mil, com juros de 7,25% ao ano. O prazo para pagamento é de até dois anos

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Além do programa de fortalecimento da agricultura familiar, os pequenos produtores agrícolas do semi-árido brasileiro, região historicamente atingida pela seca, podem contar com o Garantia-Safra. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mais de 320 mil agricultores já aderiram ao Garantia-Safra, que assegura uma renda mínima de até R\$ 475,00 em seis parcelas mensais, no caso de perdas, a partir de 50% da safra de milho, arroz, feijão, mandioca e algodão, em decorrência da seca. A adesão não é feita somente pelos pequenos produtores, os municípios também devem se cadastrar. Os benefícios são pagos a partir do reconhecimento do governo federal de que o município decretou estado de emergência, em decorrência da seca, ocasionando significativas perdas na produção dos agricultores. Para a safra 2003/2004, o valor do benefício subiu para R\$ 700,00.

O governo federal pretende instituir também o Cartão PRONAF, permitindo que o produtor rural obtenha financiamentos nos bancos, de maneira rápida e simples. O agricultor que aplicar corretamente o crédito e pagar o financiamento até o prazo de vencimento terá seu crédito renovado anualmente, por um período de até seis anos. Com a renovação automática do crédito, o agricultor terá suas despesas

reduzidas, com a documentação exigida no momento da contratação dos financiamentos. Ademais, o agricultor não terá nenhum custo para obter o cartão, pois esse custo será assumido pelo Banco do Brasil. A Tabela 32 e a Tabela 33 mostram o sentimento das crianças com relação ao trabalho que estavam realizando por ocasião da pesquisa. Esse tipo de pergunta pode ter diferentes respostas, dependendo de quem as responde. Por isso, a primeira pergunta feita ao entrevistado pedia que ele relatasse quem estava respondendo o questionário. O resultado está na Tabela 32 e mostra que a maioria dos informantes não é o público alvo do estudo, isto é, crianças de 5 a 15 anos, mas sim outra pessoa moradora do domicílio. Obviamente as respostas seriam mais precisas e refletiriam mais os sentimentos e gostos das crianças se fossem respondidas por elas, mas, na ausência de melhores informações, essas mesmas serão analisadas, tendo sempre em mente as suas limitações.

Tabela 32 - Número e porcentagem de pessoas que responderam as questões da pesquisa - 2001

Ramo de atividade	Quem foi o informante?					
	A própria pessoa		Pessoa não moradora do domicílio		Outra pessoa moradora do domicílio	
	Número	%	Número	%	Número	%
Agrícola	358.557	21,52	23.624	1,42	1.277.883	76,71
Comércio	102.662	22,76	8.158	1,81	338.326	74,99
Construção civil	17.631	27,53	418	0,65	46.005	71,82
Indústria	50.502	22,72	2.291	1,03	169.514	76,25
Serviços	165.011	29,00	8.682	1,53	392.388	68,97
Social	13.356	27,16	575	1,17	35.238	71,67
Outros	12.852	24,43	212	0,40	39.537	75,16

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 33 mostra a porcentagem de crianças que estavam satisfeitas com o trabalho que realizavam, por ocasião da pesquisa. Mesmo ciente das limitações que as respostas não informadas pelas crianças podem ter, é interessante comparar as porcentagens entre os diversos ramos de atividade. Pelos resultados apresentados, a maioria das crianças está satisfeita com o trabalho que realiza, porém, a construção civil e a agricultura são os ramos de atividade com as maiores porcentagens de crianças insatisfeitas.

Tabela 33 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam, de acordo com o grau de satisfação, por ramo de atividade no Brasil - 2001

Ramo de atividade	Satisfação no trabalho			
	Satisfeito		Não satisfeito	
	Número	%	Número	%
Agrícola	1.335.465	80,45	322.449	19,42
Comércio	379.595	84,51	68.740	15,30
Construção civil	50.019	78,09	14.035	21,91
Indústria	184.966	83,20	37.341	16,80
Serviços	469.925	83,01	94.032	16,61
Social	46.605	94,79	2.564	5,21

Fonte: PNAD 2001.

Para aqueles que declararam não estar satisfeito no trabalho, foi perguntado o motivo para a insatisfação; os resultados estão apresentados na Tabela 34, por ramo de atividade. Na agricultura, a maioria alegou que o trabalho era cansativo (59%); 14% dos entrevistados, aproximadamente, citaram o fato de não gostar de trabalhar; 10% estavam insatisfeitos por que não tinham tempo para estudar, além de ganhar pouco. As crianças trabalhando na construção civil responderam de forma muito parecida às da agricultura, mas nos demais ramos de atividade, exceto o social, a maioria das crianças alegou ser o fato de ganhar pouco o motivo de insatisfação e, em seguida, o trabalho ser cansativo.

Tabela 34 - Porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam, de acordo com os motivos de insatisfação no trabalho, por ramo de atividade - 2001

Motivo de insatisfação no trabalho	Agrícola	Comércio	Construção civil	Indústria	Serviços	Social
Trabalho cansativo	58,99	23,85	62,76	37,22	16,39	20,24
Não tinha tempo para estudar	9,37	7,38	1,47	6,64	9,17	-
Ganhava pouco	7,30	36,39	11,07	38,20	50,03	30,11
Não tinha bom relacionamento com o empregador nesse trabalho	0,16	1,13	-	0,57	3,03	49,65
Não gostava de trabalhar	13,69	9,38	6,09	10,74	4,31	-
O pagamento atrasava	-	0,61	-	-	0,94	-
Outro motivo	9,83	20,10	18,60	6,64	13,92	-

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 35 mostra o salário médio por hora recebido por todos os trabalhadores de 5 a 15 anos e pelos que declararam estar insatisfeitos no trabalho, por ramo de atividade. Observe que o salário hora pago na agricultura (R\$ 3,00) é o menor entre todos os ramos de atividade, mas, para os insatisfeitos, o salário pago na construção civil, indústria e serviços é ainda menor. Como a maioria

das crianças na tabela anterior alegou estar insatisfeita com o trabalho na agricultura por ser cansativo, e como, na Tabela 35, observamos que os salários são todos baixos e muito parecidos (exceto no ramo social), concluimos então que o ramo agrícola (semelhantemente à construção civil) é mesmo mais cansativo e exige mais esforços do que os demais, que alegaram insatisfação por ganhar pouco.

Tabela 35 - Salário médio por hora em reais recebido por todas as crianças de 5 a 15 anos trabalhando e pelas insatisfeitas com o trabalho, por ramo de atividade - 2001

Ramo de atividade	Salário por hora	
	Insatisfeitos	Todos os trabalhadores
Agrícola	R\$ 3,00	R\$ 3,00
Comércio	R\$ 3,30	R\$ 3,65
Construção civil	R\$ 2,77	R\$ 3,65
Indústria	R\$ 2,82	R\$ 3,99
Serviços	R\$ 2,45	R\$ 3,70
Social	R\$ 3,64	R\$ 7,44

Fonte: PNAD 2001.

Se analisarmos a idade em que adultos de 30 a 60 anos, em diferentes ramos de atividade, começaram a trabalhar, iremos observar que, no ramo agrícola comparado aos outros, há a maior porcentagem de pessoas que começaram a trabalhar com 9 anos ou menos (37%), de acordo com a Tabela 36. Vemos que atualmente o ramo agrícola é o que emprega mais mão-de-obra infantil ou crianças com menos de 10 anos de idade. Isso indica que há uma certa tradição em iniciar cedo o trabalho em atividades agropecuárias, apesar de, na Tabela 36, não haver informações se o indivíduo iniciou seu trabalho no mesmo ramo de atividade que atuava na ocasião da pesquisa.

Tabela 36 - Porcentagem de adultos de 30 a 60 anos que trabalhavam nos diferentes ramos de atividade, de acordo com a idade em que começaram a trabalhar - 2001

Idade que começou a trabalhar	Agrícola	Comércio	Construção civil	Indústria	Serviços	Outros
Até 9 anos	37,0	16,7	21,4	16,3	15,6	11,1
10 a 14 anos	52,7	42,5	50,1	46,0	43,3	34,2
15 a 17 anos	7,6	22,2	19,1	22,2	22,3	22,4
18 a 19 anos	1,5	10,3	6,7	9,1	9,6	15,2
20 anos ou mais	1,2	8,4	2,7	6,3	9,1	17,1

Fonte: PNAD 2001.

Para analisarmos a influência dos pais na decisão de trabalho dos filhos, observamos, na Tabela 37, a porcentagem de pessoas que responderam se as crianças de 5 a 15 anos (não necessariamente as crianças responderam) estavam trabalhando por vontade própria ou a pedido dos pais. No ramo agrícola, observa-se a maior influência dos pais, pois mais de 38% das crianças trabalham a pedido deles. A construção civil aparece em segundo lugar, com dez pontos percentuais a menos.

Tabela 37 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam por vontade própria ou a pedido dos pais - 2001

Ramo de atividade	Principal motivo que tinha para trabalhar			
	Quer trabalhar		Pais querem	
	Número	%	Número	%
Agrícola	1.022.759	61,61	635.155	38,26
Comércio	324.178	72,18	124.157	27,64
Construção civil	45.583	71,16	18.471	28,84
Indústria	173.613	78,10	48.694	21,90
Serviços	480.776	84,93	83.181	14,69
Social	42.043	85,51	7.126	14,49
Outros	46.054	87,55	6.547	12,45

Fonte: PNAD 2001.

Outro dado interessante pode ser visto na Tabela 38. Comparando-se com os outros ramos de atividade, o ramo agrícola é aquele no qual há maior porcentagem de crianças morando com o pai e a mãe. Fala-se, na literatura, que a falta do pai ou da mãe leva, muitas vezes, a criança ao mercado de trabalho ou a exercer tarefas domésticas, para complementar a renda ou substituir o trabalho, geralmente, realizado pela mãe no lar. Dado que as porcentagens de crianças, no ramo agrícola, trabalhando e que moram com o pai e a mãe são as mais altas entre os ramos de atividade, pode-se inferir que muitas destas estão mais engajadas no trabalho familiar e que a valorização desse é, de certa forma, cultural. Muitos trabalhadores rurais consideram saudável e importante, para o conhecimento dos filhos, que estes trabalhem cedo e sigam o empreendimento ou serviço do pai. Isso mostra que deve ser feita uma conscientização, principalmente com os pais das crianças, de que o trabalho infantil pode ser perigoso.



Tabela 38 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que moram com o pai e a mãe, só com a mãe ou só com o pai, por ramo de atividade - 2001

Ramo de Atividade	Pai e mãe	Só mãe	Só pai
Agrícola	89,98	7,80	2,22
Construção Civil	79,37	16,42	4,20
Serviços	73,76	22,34	3,90
Indústria	78,92	16,43	4,65
Comércio	80,2	18,56	1,25
Social	73,57	25,20	1,23

Fonte: PNAD 2001.

#### 4. Escolaridade

Há uma grande preocupação com relação ao trabalho realizado por crianças e com os seus efeitos adversos para a escolaridade. Certas atividades impedem as crianças de estudar ou interferem negativamente na escolaridade, impossibilitando-as de obter um melhor trabalho e, conseqüentemente, um aumento de renda, mesmo na fase adulta. A porcentagem de crianças nas escolas é elevada, mesmo para as que trabalham, mais de 88%, em média.

A Tabela 39 e a Tabela 40 apresentam o percentual de analfabetos e o número médio de anos de estudos, respectivamente, por idade e por ramo de atividade. Apesar de muitas das crianças ainda não terem terminado seu ciclo escolar, isto é, elas provavelmente continuarão estudando, o número de anos de estudo completos até determinada idade dá uma idéia do atraso escolar relativo à idade de entrada na escola esperada, aos sete anos de idade. O ramo agrícola tem a maior proporção de analfabetos e o menor número médio de anos de estudos para todas as idades, comparando-se com os outros ramos. Nas linhas de 10 e 11 anos para a construção civil, não foram observados analfabetos, mas, como o

Tabela 39 - Porcentagem de trabalhadores de 10 a 15 anos analfabetos, por ramo de atividade - 2001

Idade (anos)	Porcentagem de analfabetos				
	Agrícola	Comércio	Construção civil	Indústria	Serviços
10	20,13	7,65	-	9,22	7,05
11	14,80	10,55	-	16,89	4,60
12	12,27	1,99	15,31	4,79	2,50
13	9,48	2,24	6,01	3,25	3,14
14	7,69	3,07	2,77	2,66	3,09
15	7,87	1,54	1,71	2,85	1,41

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 40 - Número médio de anos de estudo de trabalhadores 10 a 15 anos, por ramo de atividade - 2001

Idade (anos)	Número médio de anos de estudo				
	Agrícola	Comércio	Construção civil	Indústria	Serviços
10	1,82	2,12	2,71	2,62	2,19
11	2,40	2,74	3,70	2,47	3,05
12	2,68	3,86	3,24	3,79	3,70
13	3,23	4,52	4,62	4,49	4,55
14	3,88	5,36	5,07	5,20	5,18
15	4,29	6,24	5,47	5,88	6,00

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 41 mostra o número e a porcentagem de crianças trabalhando no ramo agrícola e que freqüentam as escolas ou creches, de acordo com a idade. A proporção de crianças na escola diminui com a idade, passando de 98,3% aos 7 anos para 76,8% aos 15 anos.

Tabela 41 - Número e porcentagem de crianças trabalhando no ramo agrícola que freqüentam as escolas ou creches, por idade - 2001

Idade	Freqüentando escola ou creche	
	Número	%
7	37.783	98,3
8	60.395	97,7
9	91.053	94,9
10	140.466	97,8
11	157.074	97,4
12	217.381	94,7
13	238.166	89,3
14	237.332	83,9
15	273.912	76,8

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 42 mostra a proporção de crianças de 5 a 15 anos que trabalham e estudam e que só trabalham, de acordo com o ramo de atividade. A maior proporção de crianças não freqüentando escolas ocorre na construção civil (26,3%), vindo, na seqüência, serviços (12,7%), indústria (12,5%), agrícola (11,2%), comércio (8,4%) e social (4,7%). Apesar de quase 90% das crianças trabalhando na agropecuária freqüentarem as escolas, são mais de cento e oitenta mil crianças fora da escola, superando de longe os outros ramos de atividade, em valor absoluto.

Tabela 42 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que só trabalham e que trabalham e estudam, por ramo de atividade - 2001

Ramo de Atividade	Trabalham e estudam	Só Trabalham
Agricultura	1.453.562	183.315
	88,8%	11,2%
Construção Civil	46.914	16.720
	73,7%	26,3%
Serviços	495.790	71.864
	87,3%	12,7%
Indústria	194.073	27.737
	87,5%	12,5%
Comércio	410.340	37.658
	91,6%	8,4%
Social	46.849	2.320
	95,3%	4,7%

Fonte: PNAD 2001.

Das crianças que trabalham na agricultura, 85% moram no meio rural e 15%, no urbano. Assim sendo, a maioria defronta-se com os problemas de acesso às escolas e da qualidade destas no meio rural. Na Tabela 43, está apresentado o número de escolas no meio rural e urbano, assim como a porcentagem de escolas que possuem microcomputadores, sendo essa uma medida de qualidade das escolas. Esses dados são provenientes do censo escolar, realizado todo ano nas escolas pelo Ministério da Educação (MEC). Apesar de os dados mostrarem que há maior número de estabelecimentos escolares no meio rural, isto deve-se à maior pulverização e ao menor tamanho dos mesmos. Na área urbana, as escolas são maiores e concentram um número grande de alunos em diversas séries. Chama a atenção a grande diferença entre a proporção de escolas com microcomputadores, nas zonas urbana e rural do Brasil. Em torno de 60% das escolas na área urbana têm computador, contra 3 a 4%, na rural.

Tabela 43 - Total de escolas que oferecem ensino fundamental e número de escolas que possuem microcomputadores, por situação do domicílio no Brasil - 2001 e 2002

ANO	Urbano			Rural		
	Total de escolas	Escolas c/ micro computadores	%	Total de escolas	Escolas c/ micro computadores	%
2001	70.410	42.130	59,84	107.370	3.215	2,99
2002	71.172	46.965	65,99	101.336	4.256	4,20

Fonte: MEC/INEP.

Na Tabela 44, está apresentada a porcentagem de “professores” (função docente) do Ensino Fundamental (da 1ª à 8ª série) com curso superior completo, no meio rural e urbano. Em torno de 60% dos professores, na área urbana, têm nível superior, mas somente pouco mais de 15% dos professores do meio rural completam a faculdade.

Tabela 44 - Funções docentes (professores) do Ensino Fundamental com curso superior completo, por situação do domicílio no Brasil - 2001 e 2002

<b>Ano</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>
<b>2001</b>		
Total de funções docentes	1.277.464	302.151
Funções docentes c/ ensino superior completo	745.779	47.071
%	58,38	15,58
<b>2002</b>		
Total de funções docentes	1.307.092	302.786
Funções docentes c/ ensino superior completo	791.009	55.513
%	60,52	18,33

Fonte: MEC/INEP.

Notas: 1) O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento; 2) O mesmo docente de Ensino Fundamental pode atuar de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª série.

Com o objetivo de elevar a frequência escolar, desde o início da década de 1990, têm-se intensificado, no Brasil, as iniciativas voltadas para a universalização do ensino, assim como para a redução dos índices de evasão e repetência escolar.

O ponto de partida para promover as melhorias nos indicadores educacionais constitui-se de alterações na legislação que rege o setor, destacando-se a aprovação da Lei nº 9.394, em 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que separa a educação oficial recebida pelos estudantes brasileiros em Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica é dividida em três níveis, sendo eles a Educação Infantil (também conhecida como pré-escola), o Ensino Fundamental (que compreende da 1ª à 8ª série) e o Ensino Médio. Nessa lei, é dada atenção especial à definição do Ensino Fundamental, ao instituir-se como dever do Estado com a educação escolar pública a garantia desse nível de ensino, como obrigatório e gratuito, a todas as crianças com idade entre 7 e 14 anos, e, também, para quem não teve acesso à escola, na idade própria. Além da lei acima referida, a prioridade dada ao Ensino Fundamental é evidenciada na instituição do Salário Educação e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), sendo que o primeiro permite a captação adicional de recursos para programas governamentais. O segundo, por sua vez, obriga as três esferas do governo a aplicarem uma parcela dos recursos disponíveis de alguns impostos nesse nível de ensino.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o órgão governamental articulador da política de assistência ao educando e financiamento do Ensino Básico, sendo que os principais programas sob sua responsabilidade são: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), Fundescola, Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) e Educação de Jovens e Adultos.

A avaliação das habilidades e competências das crianças que passam pelo ensino público também é tida como uma iniciativa capaz de captar as deficiências do sistema educacional, permitindo as correções necessárias, em busca da universalização da educação. Por essa razão, o Governo Federal realiza o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), o qual coleta dados sobre o processo de ensino aprendizagem para as 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, bem como para o 3º ano do Ensino Médio. Esse exame constitui-se em uma avaliação, na área de Língua Portuguesa e Matemática, a qual é aplicada em amostras selecionadas de alunos, para as 26 Unidades de Federação e para o Distrito Federal. Além das provas, são aplicados questionários que identificam aspectos ligados ao contexto familiar do aluno, às condições de infra-estrutura física das escolas, ao estilo pedagógico dos professores, dentre outras questões. Com isso, pode-se avaliar se as condições sociais estão influenciando o desempenho obtido pelo educando, a fim de sugerir políticas capazes de elevar a eficácia e a equidade do sistema educacional brasileiro.

Existem, ainda, alguns programas governamentais que estão em fase de implantação e/ou aprovação junto a legisladores e representantes da área educacional. Dentre esses, destacam-se o Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE), que objetiva dar assistência à saúde visual e auditiva do educando, tendo sua efetivação se iniciado em 2003. Em fase de elaboração, tem-se o Fundo Nacional do Ensino Básico (FUNDEB), que pretende substituir o FUNDEF, para garantir que toda a verba de Estados e Municípios destinada à educação seja aplicada no Ensino Básico, englobando desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Se aprovado, o FUNDEB constituir-se-á na efetivação da primeira, das 23 metas divulgadas pelo atual Governo Federal, no início de sua gestão. As atividades já implantadas no setor educacional pelo Governo Federal, em parceria com estados e municípios, bem como as iniciativas que estão em fase de desenvolvimento, são consideradas como importantes estratégias para universalizar o acesso ao ensino público, manter a criança na escola e provocar a gradual redução do trabalho infantil no Brasil.

Os programas de transferência de renda que exigem a frequência escolar das crianças tornaram-se importantes, a partir da metade da década de 90.

Os primeiros programas sociais de transferência condicionada de renda foram implantados em 1995: o Bolsa Escola, no Distrito Federal, e o Renda Mínima, em Campinas-SP, e consistiam no pagamento de uma “mensalidade” para cada família que mantivesse seus filhos na escola.

Os resultados positivos fizeram com que o Bolsa Escola fosse adotado por diversos municípios de vários estados brasileiros. Entre 1995 e 1999, Amapá, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Minas Gerais, Rio de

Janeiro, Goiás e Acre implementaram variações dos programas pioneiros em algumas de suas cidades. O programa transformou-se em um dos mais amplos programas sociais do mundo em 11 de abril de 2001, quando foi sancionada a lei nº 10219, que instituiu o Bolsa Escola, em âmbito federal. Por meio dessa Lei, o governo federal passou a apoiar programas municipais<sup>10</sup> de garantia de renda mínima, desde que associados a “ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas”, que, de alguma forma, incentivem a permanência da criança na escola, durante o maior tempo possível. Da forma como o programa federal foi criado, os municípios que já tinham seus próprios programas de transferência de renda vinculados à educação puderam manter seus benefícios, aumentando o número de beneficiados ou o valor das bolsas, de acordo com suas necessidades, caso aderissem ao Bolsa Escola Federal. Na maior parte dos casos, entretanto, as bolsas existentes são apenas as concedidas pela União, ficando como responsabilidade do município a gestão do programa, dado que os municípios mais necessitados são os que possuem menos recursos para esse tipo de intervenção social. As regras para obtenção do benefício também podem ser consideradas uniformes, entre os municípios brasileiros.

As famílias que têm direito ao benefício são as que possuem membros em idade escolar (entre seis e quinze anos) devidamente matriculados e com frequência maior ou igual a 85%. Nesse ponto, o programa federal é igual aos programas municipais implementados anteriormente.

Entretanto, enquanto o programa do Distrito Federal pagava uma mensalidade única para a família, independente do número de crianças, o programa nacional prevê um pagamento por criança e limita o número de crianças beneficiárias de uma mesma família, de modo que não haja incentivo para aumento na taxa de fecundidade entre a população alvo. Segundo a regra em vigor atualmente, são concedidas no máximo três bolsas mensais por família elegível, independentemente do número de crianças em idade escolar entre seus componentes. Em outras palavras, se, em uma família que preencha todos os requisitos para obtenção do benefício, houver quatro crianças em idade escolar, apenas três delas poderão ser inscritas no programa<sup>11</sup>.

Resumindo, quando todos os requisitos são preenchidos, a União paga, diretamente, ao beneficiário, por meio de cartões magnéticos, R\$ 15,00 (quinze reais) por criança, até o limite máximo de três crianças por família que tem renda per capita inferior a R\$ 90,00 (noventa reais).

O pagamento é efetuado preferencialmente às mães, como forma de envolvê-las no processo de aprendizado da criança e estimular a auto-estima da mulher, colaborando inclusive para tornar as relações da família mais igualitárias.

Os objetivos centrais do Programa Bolsa Escola são descritos por meio de quatro itens, não necessariamente na ordem de importância: i) aumentar a escolaridade e, conseqüentemente, reduzir

---

<sup>10</sup> O programa municipal deve ser instituído legalmente e direcionado à população de baixa renda, o termo de adesão ao Bolsa Escola deve ser aprovado pelo legislativo e deve ser formado um conselho social de acompanhamento do programa.

<sup>11</sup> Outro ponto importante das regras do Bolsa Escola é que “é vedada a inclusão nos programas referidos nesta Lei, por parte dos Municípios, de famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, enquanto permanecerem naquela condição. (art.7)”, embora a criança possa participar de outros programas municipais.

a pobreza a longo prazo; ii) reduzir a pobreza a curto prazo; iii) reduzir a incidência de trabalho infantil; e iv) atuar como uma espécie de rede de seguridade.

O primeiro deles é direto: conforme as crianças se tornam mais educadas, suas chances futuras no mercado de trabalho serão melhores, assim como seus salários; estes indivíduos incentivarão seus filhos a estudar, diminuindo a pobreza a longo prazo.

O segundo objetivo age como uma política social compensatória: se os pobres estudam menos porque se deparam com restrições de crédito e a renda das crianças pode ser fundamental para a sobrevivência da família, o pagamento de uma quantia em dinheiro atua como espécie de “alívio” da situação de pobreza, que permite o ingresso das crianças na escola.

O terceiro objetivo não é expresso claramente nas regras no programa, que não exige que os responsáveis assinem um termo comprometendo-se a retirar a criança do trabalho. Porém, considerando que a criança, obrigatoriamente, terá seu tempo livre reduzido, admite-se que ela, naturalmente, deixará o mercado de trabalho. Além disso, o valor da bolsa substituiria, pelo menos parcialmente, a contribuição da criança para a renda da família e compensaria o custo de oportunidade da criança em relação aos ganhos no mercado de trabalho. Entretanto o efeito de receber a bolsa pode ser ambíguo, considerando que a criança pode continuar trabalhando, reduzindo o tempo de lazer ou aquele que teria para o estudo em casa, sem deixar de freqüentar a escola.

Atualmente o programa Bolsa Escola está presente em mais de 5.500 municípios, atendendo cerca de seis milhões de famílias pobres que recebem auxílio financeiro para manter seus filhos na escola – mais de oito milhões de crianças.

O Bolsa Escola pode ser visto como uma rede de seguridade, já que seus beneficiários são famílias muito pobres, extremamente suscetíveis a todo tipo de choques: econômicos, conjunturais e idiossincráticos. As principais críticas em relação ao modelo adotado pelo Bolsa Escola Federal são: i) o programa brasileiro não leva em conta o aumento no custo de oportunidade das crianças, de acordo com a idade, mantendo o mesmo valor da bolsa no Ensino Básico e Fundamental; ii) como exige uma contrapartida municipal, as regiões mais necessitadas não são atendidas, pois são incapazes de financiar um programa social dessa natureza; iii) famílias em que todas as crianças são menores de seis anos são desclassificadas, mesmo que extremamente pobres; e iv) como o programa não exige um número mínimo de semestres ou períodos letivos freqüentados, os pais podem tirar as crianças que trabalham em atividades sazonais da escola, em determinados períodos, e reinseri-las no programa, em seguida, como forma de aumentar seus ganhos anuais, mesmo que isso prejudique o acúmulo de capital humano daquelas crianças.

A despeito das críticas, o programa tem sido bem avaliado, principalmente no que se refere ao aumento do engajamento escolar, apesar de ser complicado avaliar a qualidade da educação recebida pelas crianças. Entretanto, sua eficácia no combate ao trabalho infantil não é comprovada.

Cardoso e Souza (2003) utilizaram os microdados do Censo Demográfico 2000 para avaliar, ex-post, o impacto das transferências de renda vinculadas à educação na incidência de trabalho infantil e





no engajamento escolar sobre a população de dez a quinze anos de idade. Em todas as especificações sugeridas pelos autores, as transferências tiveram impacto positivo e significativo sobre o engajamento escolar, mas não sobre o trabalho infantil. Concluem, então, que os programas de renda mínima e Bolsa Escola têm algum impacto na escolaridade, mas não inibem o trabalho das crianças. A partir dos microdados da PNAD 2001, Ferro e Kassouf (2003) concluíram que, embora os programas de Bolsa Escola reduzam a jornada semanal média das crianças que trabalham, os testes utilizados para medir os impactos desses programas, que não exigem formalmente que a criança deixe o mercado de trabalho, sobre a probabilidade de a criança trabalhar não são conclusivos.

Os resultados de pesquisas que avaliam o PETI e o Bolsa Escola indicam que a combinação das exigências de não trabalhar e freqüentar a escola é mais eficiente em limitar o trabalho infantil do que simplesmente a transferência de renda sem a contrapartida da família de não inserir seus filhos no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante é que uma família que participa do Bolsa Escola não pode ser beneficiária do PETI e vice-versa. Dessa forma, algumas famílias podem desejar sair do PETI, programa no qual as crianças são formalmente proibidas de trabalhar, e ingressar no Bolsa Escola, programa em que isso não acontece, como forma de obter o máximo de renda mensal possível. Apesar de os objetivos específicos dos programas serem um pouco diferentes, as famílias em que crianças exercem trabalho perigoso podem ser obrigadas a ingressar em um programa e não em outro, e, dessa forma, a erradicação imediata do trabalho infantil pode ser prejudicada, embora os efeitos a longo prazo ainda não sejam claros.

Apesar de abrangente, o sistema de proteção social brasileiro incorre em sobreposições de benefícios e sofre da falta de integração entre programas de vários Ministérios que têm objetivos semelhantes, o que pode gerar problemas de focalização dos gastos sociais. Para solucionar parte desse problema, foi criado, mais recentemente, o programa Bolsa Família, que agrega os programas Bolsa Escola, Bolsa e Cartão Alimentação e Auxílio Gás, com o intuito de reduzir os custos de gestão dos programas de transferência de renda e, ao mesmo tempo, aumentar o benefício médio recebido pelas famílias. Além disso, ao unificar tais programas, a atenção da assistência e proteção social passa do indivíduo para a família. Para que não haja suspensão de benefícios para as famílias atendidas pelos programas unificados, o Bolsa Família coexistirá com os outros, até que sua implantação seja total.

O programa Bolsa Família foi criado pelo governo federal, por meio da medida provisória nº 163, de 20 de outubro de 2003, e tem “por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal”.

Com a unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa e Cartão Alimentação e Auxílio Gás, foi criada a Secretaria de Inclusão Educacional, vinculada ao Ministério da Educação e substituta da Secretaria Nacional do Programa Bolsa Escola, que será responsável, principalmente, pela coordenação e monitoramento do comprometimento das famílias beneficiárias do novo programa em manter seus filhos na escola e pela sensibilização de educadores e da sociedade, para os programas e ações de combate às causas da exclusão

social, por meio da educação e por meio das atividades do programa Capacitar para Incluir. Até que todas as famílias que atualmente recebem algum benefício dos programas existentes sejam incorporadas ao Bolsa Família, nenhum desses programas será interrompido. As famílias que estão sendo integradas ao Bolsa Família receberão o benefício, por meio dos cartões que possuem, e apenas as que já estão integradas ao Bolsa Família deixarão de receber os benefícios dos programas atuais. Inicialmente, serão integradas ao Bolsa Família as famílias com renda mensal per capita de até R\$ 50 e as que já recebem benefícios dos programas atuais. Para todas as famílias selecionadas, com renda mensal de até R\$ 50,00 por pessoa, o Bolsa Família vai depositar mensalmente um benefício fixo de R\$ 50,00, tenham elas filhos ou não. Além desse valor fixo, as famílias com filhos entre 0 e 15 anos terão um benefício variável de R\$ 15,00 por filho, até o limite de três benefícios. Para as famílias com renda mensal acima de R\$ 50,00 e até R\$ 100,00 por pessoa, o Bolsa Família vai depositar mensalmente o benefício variável de R\$ 15,00 por filho de 0 a 15 anos, até o limite de três benefícios. O Bolsa Família foi lançado como um programa de inclusão social, focalizado na família e não no indivíduo, como o próprio nome sugere. Com a unificação dos programas de transferência de renda, o valor médio dos benefícios concedidos às famílias deve aumentar, assim como sua contrapartida, pois, para continuar a receber o benefício, a família terá que manter em dia a vacinação dos filhos, comprovar a frequência escolar, visitar regularmente os postos de saúde da rede pública e participar de atividades de orientação alimentar e nutricional, programas de alfabetização, cursos profissionalizantes, entre outros, quando oferecidos.

A medida provisória que cria o Bolsa Família trata também do Conselho Gestor Interministerial (CGI), uma vez que o fato de os programas terem sido unificados não exclui a responsabilidade dos ministérios que os conduziam anteriormente. O CGI é composto pelos titulares das pastas gestoras dos atuais programas de transferência de renda, pelos ministros do Planejamento e da Fazenda e pelo Ministro-Chefe da Casa Civil.

A Caixa Econômica Federal atua, simultaneamente, como agente operador do Cadastro Único e agente pagador dos benefícios, interagindo de forma direta com os municípios e os beneficiários, cabendo a ela estruturar, manter e atualizar a base de dados do Cadastro Único e executar as rotinas de pagamento de benefícios. Os ministérios da Saúde, Educação, Segurança Alimentar e Assistência Social respondem pela normalização das condicionalidades e utilizam sua estrutura descentralizada para verificar seu cumprimento por parte das famílias. Eles também participam das decisões que dizem respeito às funções centralizadas de gestão do Programa (cadastro, pagamento de benefícios, monitoramento e avaliação).

Outros programas sociais locais foram implementados nas áreas rurais, mostrando resultados positivos e grande criatividade. No sertão da Bahia, famílias com crianças trabalhando nas plantações de sisal foram beneficiadas com o “Bode Escola”. Sendo os bodes e as cabras acessíveis e resistentes, tornaram-se uma alternativa de renda para as famílias castigadas pela seca, as quais recebiam de três a cinco cabras e um bode, dependendo do tamanho da propriedade, e devolviam-nos aos sindicatos rurais, após os animais se reproduzirem, para que outras famílias fossem agraciadas. O agricultor beneficiado,

por sua vez, comprometia-se a colocar os filhos na escola.

Em 2001, o programa já havia beneficiado 200 famílias ao custo de cerca de 400 reais para cada uma delas. Em 1998, o setor fumageiro assinou um pacto pela prevenção e erradicação do trabalho infantil na produção de fumo nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Os projetos implantados têm como meta garantir que nenhum filho de produtor de fumo fique sem escola. Especificamente, esses projetos têm como objetivos conscientizar os pais acerca dos males do trabalho infantil, criar escolas e melhorar sua qualidade, junto a empresas privadas, e esclarecer o público sobre a necessidade de prevenir e erradicar o trabalho infantil [ver Peres (2002)].

A Tabela 45 mostra como estão distribuídas as crianças de 5 a 15 anos, trabalhando nos diversos ramos de atividade, beneficiárias dos programas de transferência de renda voltados para a educação entre famílias com renda per capita de até 0,5 salário mínimo.

Chama a atenção o fato de a proporção e o número absoluto de beneficiários serem bem maiores no ramo agrícola (40%). Isso não se deve ao fato de as famílias serem mais pobres, pois a amostra analisada inclui apenas famílias com renda de até 0,5 salário mínimo. Em segundo lugar, em porcentagem de beneficiários, está o comércio (35,6%); em seguida, a indústria (32,8%), serviços (22,6%) e construção civil (18,4%).

Comparando essa tabela com a Tabela 42, observamos que o ramo agrícola e do comércio têm as menores porcentagens de crianças que não freqüentam escola ou creche (excluindo o social), o que está relacionado com a maior porcentagem de beneficiários de programa social voltado para a educação. Por outro lado, a construção civil, que tem a menor porcentagem de beneficiários, é o ramo com a maior proporção de crianças fora da escola.

Ferro e Kassouf (2003) mostram, a partir dos dados da PNAD, que os programas de transferência de renda reduzem as horas mensais trabalhadas, mas não encontram resultado conclusivo sobre a redução de trabalho. Cardoso e Souza (2003) também não encontram resultado conclusivo sobre trabalho, mas mostram que esses programas atingem seu objetivo de aumentar a freqüência escolar.

Tabela 45 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, em famílias com renda de até 0,5 salário mínimo mensal per capita, que recebem programa social voltado para a educação, por ramo de atividade - 2001

Ramo de Atividade	Beneficiários de programa social voltado para educação	
	Número	%
Agrícola	530.288	39,94
Construção Civil	5.861	18,42
Serviços	63.220	22,55
Indústria	36.636	32,84
Comércio	77.758	35,59
Outros	14.342	31,93

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 46 apresenta o número e a porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando, de acordo com a faixa do número de horas por dia que permaneceram na escola, em cada ramo de atividade. Como o sistema de ensino no Brasil é de meio período, a grande maioria das crianças não fica mais de 6 horas na escola ou até mesmo 4 horas. A agricultura concentra mais crianças, na faixa de até 4 horas por dia na escola (80%), mas as porcentagens são semelhantes entre os demais ramos de atividade.

Tabela 46 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando, de acordo com a faixa de horas por dia que permaneceram na escola, por ramo de atividade - 2001

Número de horas/dia na escola	Agrícola	Comércio	Construção civil	Indústria	Serviços
Até 4 horas	1.162.022	251.564	26.532	127.406	301.395
	79,9	61,3	56,5	65,6	60,8
De 4 a 6 horas	279.301	156.630	20.382	65.492	192.347
	19,2	38,2	43,4	33,7	38,8
Mais de 6 horas	10.544	1.547	-	1.175	1.482
	0,73	0,38		0,61	0,30

Fonte: PNAD 2001.

Além de a proporção de crianças que trabalham na agricultura freqüentando escolas ser relativamente alta comparada a outros ramos de atividade (ver Tabela 42), há também uma baixa proporção de crianças que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia (45,5%), quando comparada à construção civil (63%) e aos demais ramos (em torno de 50%), como pode ser visto na Tabela 47.

Tabela 47 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando, que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses, por ramo de atividade - 2001

Ramo de Atividade	Pelo menos um dia ausente da escola no período de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	
	Número	%
Agrícola	661.805	45,5
Construção civil	29.518	62,9
Serviços	248.521	50,1
Comércio	209.555	51,1
Indústria	101.317	52,2

Fonte: PNAD 2001.

Foi perguntado o motivo pelo qual as crianças de 7 a 15 anos não estavam freqüentando as escolas, as respostas obtidas estão na Tabela 48. Em todos os ramos de atividade, a maioria simplesmente respondeu que “Não quis freqüentar”, mas há também uma alta porcentagem argumentando ser devido ao fato de estar trabalhando ou procurando trabalho. Dois itens que tiveram uma porcentagem relativamente alta de respostas na agricultura, mas foram insignificantes ou zero nos demais ramos de atividade, foram a falta de transporte escolar e a não existência de escolas perto da casa. Esses itens refletem o problema de acesso à escola e da sua disponibilidade no meio rural.

Tabela 48 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando e que não freqüentam a escola, de acordo com o motivo principal de não freqüentarem escola em um período de dois meses, por ramo de atividade - 2001

Motivo principal de não freqüentarem escola	Agrícola	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
Ajuda nos afazeres domésticos	1,0	5,2	-	-	1,4
Trabalhar ou procurar trabalho	22,9	22,0	22,9	34,2	32,1
Falta de transporte escolar	5,3	1,6	-	-	1,2
Falta de dinheiro	3,2	2,0	3,4	3,0	2,1
Falta de documentação	1,0	4,7	2,2	1,9	3,1
Não existe escola perto de casa	9,8	-	-	1,2	2,7
Falta vaga na escola	1,8	6,0	-	3,3	5,2
Concluiu a série desejada	0,4	-	-	3,1	1,6
Doença ou incapacidade	5,4	6,0	-	0,7	1,4
Não quis freqüentar a escola	35,7	36,0	49,6	33,2	35,8
Pais não querem que freqüentem	1,4	-	-	-	2,6
Os pais preferem que trabalhem	2,1	4,6	3,5	3,8	0,7

Fonte: PNAD 2001.

O trabalho pode prejudicar os estudos das crianças, porém a realidade brasileira tem mostrado que muitos conseguem conciliar trabalho e estudo, pelo menos quanto à freqüência escolar. Não há estudo comparando o desempenho escolar dos trabalhadores com o dos não trabalhadores. Se dividida a amostra entre cinco categorias, crianças de sete a 15 anos que: (i) só estudam, (ii) só trabalham, (iii) estudam e trabalham, (iv) não trabalham, não estudam, nem cuidam de afazeres domésticos, e (v) só cuidam de afazeres domésticos, observa-se que há uma porcentagem elevada de crianças que só estudam (86,3%) e não tão baixa das que estudam e trabalham (9,1%). A menor proporção é a da categoria que só trabalha (1,2%), mas existe um número significativo de crianças que não estudam nem trabalham (3,4%), sendo que 1,7% só cuida de afazeres domésticos. As crianças dedicavam, em média, 20 horas por semana aos afazeres domésticos; as meninas (23h) trabalham mais que o dobro de horas que os meninos (11h), no domicílio. A Tabela 49 também estratifica os dados por sexo e situação do domicílio. No meio rural, a proporção de crianças que

estudam e trabalham é bem elevada e a proporção de meninos que só trabalham (3,8%) é superior a dos que não estudam nem trabalham (2,5% de meninos que não cuidam de afazeres domésticos mais 0,8% que não estuda nem trabalha, mas é responsável por atividades no domicílio).

Tabela 49 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos, em diferentes categorias - 2001

Categorias	Total	Meninos		Meninas	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano
Só estudam	86,3	59,5	89,0	78,0	92,0
Só trabalham	1,2	3,8	1,0	1,9	0,6
Estudam e trabalham	9,1	33,4	7,0	15,4	4,0
Não trabalham, não estudam nem cuidam de afazeres domésticos	1,7	2,5	2,3	1,4	1,0
Só cuidam de afazeres domésticos	1,7	0,8	0,8	3,3	2,4

Fonte: PNAD 2001.



## Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo mostrar o perfil do trabalho infantil, no ramo agrícola no Brasil, analisando aspectos relacionados à escolaridade, ao tipo de trabalho, ao rendimento, às atividades desenvolvidas, à renda, aos acidentes de trabalho e muitos outros. Para atingir tal objetivo, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, que traz um suplemento especial com dados sobre o trabalho infantil, e foi financiada pela Organização Internacional do Trabalho, por meio do SIMPOC (Statistical Information and Monitoring Programme on Child Labour). Nesta análise, foi dada ênfase ao trabalho de crianças e jovens de 5 a 15 anos, no ramo de atividade agrícola, que inclui agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura. Quanto ao trabalho infantil, as crianças foram consideradas trabalhadoras se tinham trabalhado na semana anterior à entrevista, ou se produziam alimento para consumo próprio, ou trabalhavam na construção para próprio uso, ou se trabalhavam, mas não estavam trabalhando naquela semana, por estarem de férias ou por terem problemas de saúde. Dessa forma, o trabalho doméstico no próprio domicílio não está incluído nas ocupações das crianças, o que pode subestimar os resultados encontrados, principalmente no caso das meninas. Vale lembrar também que a base de dados não inclui informações da área rural da região Norte, com exceção do estado de Tocantins, o que também subestima a incidência de trabalho infantil.

O principal ramo de atividade, tanto para meninos, quanto para meninas de 5 a 15 anos, é o agrícola, apesar de haver maior proporção de meninos. Quase 60% dos meninos e 43% das meninas trabalham na agropecuária. Diminui a proporção de jovens de 16 e 17 anos, no ramo agrícola (37% dos homens e 18% das mulheres), passando o ramo de serviços para o primeiro lugar, para as adolescentes do sexo feminino, com mais de 43%.

Até os 10 anos de idade, a grande maioria das crianças está trabalhando na agricultura (próximo a 80% dos meninos e mais de 70% das meninas). Parece que as atividades agrícolas são de fácil acesso a crianças pequenas, talvez por estas estarem engajadas em atividades familiares. A proporção de adolescentes de 14 a 17 anos já é bem inferior, principalmente para as meninas (30%). Em torno de 50% dos meninos trabalha na agricultura, com 14 e 15 anos, e em torno de 30%, com 16 e 17 anos, porcentagem inferior à observada para a idade de 5 a 10 anos, mas ainda bastante elevada.

As maiores porcentagens de crianças trabalhando no ramo agrícola (mais de 50%) estão no Nordeste (71% de meninos e 53% de meninas) e no Sul (64% de meninos e 57% de meninas). Isso se deve à agricultura familiar, no Sul do Brasil, e à grande pobreza presente na região Nordeste, que obriga as crianças a trabalharem para ajudar na sobrevivência da família. Os estados com as maiores proporções de meninos trabalhando na agropecuária são Alagoas, Piauí e Maranhão, enquanto as maiores proporções de meninas estão em Alagoas e Pernambuco, estados da região Nordeste.

Quase 9% das crianças trabalhando no ramo agrícola responderam ter incorrido em algum acidente de trabalho ou doença devido ao trabalho exercido em um período de um ano, sendo essa a maior porcentagem entre os ramos de atividade. As maiores incidências de machucados ou doenças devido ao trabalho ocorreram na cultura da banana, oleaginosas, rizicultura, produção de verduras e cultura do milho, todos com mais de 10% das crianças com problemas. Mais de 60% das crianças de 5 a 15 anos, trabalhando na agropecuária, utilizavam alguma máquina, ferramenta ou instrumento no trabalho, mas a proporção utilizando equipamentos de proteção era de somente 22%.

Aproximadamente 87% dos meninos e 95% das meninas, trabalhando no ramo agrícola, não recebem remuneração e trabalham na própria unidade domiciliar e na produção para o próprio consumo. Do total, 96,2% recebem até meio salário mínimo por mês. Apesar de ganharem pouco, a contribuição do rendimento dessas crianças para a renda familiar pode ser alta. Em mais de 50% das famílias com filhos de 5 a 15 anos trabalhando no ramo agrícola e recebendo rendimentos, a contribuição destes é de mais de 20% da renda familiar e, em 16,5% das famílias, a contribuição das crianças chega a mais de 40%. A maior contribuição dos rendimentos das crianças na renda familiar ocorre no ramo de atividade agrícola, quando comparado aos outros ramos.

A maioria das crianças declarou estar satisfeita com o trabalho na ocasião da pesquisa. Entretanto, é preciso analisar as informações com cuidado, pois as respostas não são dadas pelas crianças na maioria das vezes, e sim por outros moradores do domicílio. Das crianças trabalhando no ramo agrícola que declararam estar insatisfeitas com o trabalho, 59% alegaram ser devido ao fato de o trabalho ser cansativo, enquanto ganhar pouco foi o principal motivo em quase todos os outros ramos.

A maior proporção de crianças analfabetas e com o menor número médio de anos de estudos está no ramo agrícola. Apesar de quase 90% das crianças trabalhando na agropecuária freqüentarem as escolas, são mais de cento e oitenta mil fora da escola, superando de longe os outros ramos de atividade, em valor absoluto. Foi perguntado o motivo pelo qual as crianças de 7 a 15 anos, trabalhando no ramo agrícola, não estavam freqüentando a escola, a maioria respondeu que “Não queria freqüentar” e “Por estar trabalhando ou procurando trabalho”. Dois itens que tiveram uma porcentagem relativamente alta de respostas na agricultura, mas foram insignificantes ou zero nos demais ramos de atividade, foram a “falta de transporte escolar” e a “não existência de escolas perto da casa”, refletindo o problema de acesso à escola e da disponibilidade desta no meio rural. Há quase dois milhões de pessoas de 5 a 15 anos exercendo atividades agropecuárias no Brasil, representando mais de 50% das crianças trabalhadoras nessa faixa etária. Considerado perigoso devido aos riscos relacionados ao maquinário usado, produtos químicos e condição meteorológica adversa, entre outros, o trabalho agrícola foi o responsável pelo maior número de casos de acidentes e doenças devido ao trabalho, segundo a PNAD de 2001. Esses resultados são extremamente importantes, pois, apesar de muitas culturas agrícolas como, por exemplo, a cana-de-açúcar, sisal e fumo, serem amplamente discutidas na mídia e nos meios acadêmicos como perigosas para os trabalhadores em geral e, principalmente, para as crianças, pouco ou nada se discute dos danos à



saúde que culturas como a de banana ou a produção de verduras podem causar às crianças, tendo sido essas últimas as que apresentaram as maiores incidências de machucados ou doenças devido ao trabalho. A grande maioria das crianças envolvidas no trabalho agrícola não recebe rendimento e trabalha para a própria família, o que torna necessária a existência de um processo mais efetivo de conscientização dos pais, principalmente dos trabalhadores rurais, sobre os perigos do trabalho precoce na agricultura. A melhora do nível de escolaridade da população é essencial para um aumento da qualidade de vida. Indivíduos melhor educados são mais cientes de seus direitos e criam filhos mais educados e mais saudáveis, diminuindo a pobreza, a exploração e os abusos, a longo prazo. Para tanto, é imprescindível haver um número adequado de escolas disponíveis e de boa qualidade. Ademais, custos com materiais, uniformes, transportes etc. devem ser acessíveis ou subsidiados, para permitir que crianças de famílias pobres estudem, principalmente nas áreas rurais do país [Kassouf (2002)]. A renda gerada pelas crianças que trabalham, em alguns casos, é crucial para a sobrevivência de suas famílias e, nesses casos, programas de transferência de renda são importantes para a redução e eliminação do trabalho infantil.



## Referências bibliográficas

Alves, E. 2001. "Agricultura Familiar". Textos para Discussão. Embrapa, Brasília, DF.

Ashagrie, K. 1998. Statistics on Child Labor and Hazardous Child Labor in brief. ILO, Genebra.

Banco Mundial (2001) Brazil: Eradicating child labor in Brazil, Report no. 21858-BR, Human Development Department. Endereço eletrônico:  
[www-wds.worldbank.org/external/lac](http://www-wds.worldbank.org/external/lac).

Barros, G. S. C. 2000. "A Transição na Política Agrícola Brasileira". In: Montoya, M.A., J.L. PARRÉ (org.). O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XX. U.P.F., Passo Fundo, RS, pp- 57-71.

Basu, K. e Z. Tzannatos. 2003. "Child Labor and Development: An Introduction". The World Bank Economic Review. v. 17, n 2.

Cardoso, E. e Souza, A. 2003. The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil (mimeo.).

Fassa, AC, Facchini, L., Dall Agnol, M., Cristiani D. 2000. Child Labor and Health: Problems and Perspectives. International Journal of Occupational and Environmet Health, 6(1):55-62.

Ferro, A. e Kassouf, A. 2003. Avaliação do Impacto dos Programas de Bolsa Escola na Incidência de Trabalho Infantil no Brasil, Congresso da ANPEC, Porto Seguro, BA.

Forastieri, V. 1997. Children at Work. Health and Safety Risks. International Labour Office. Geneva, pp. 138.

Henriques, R. 2001. Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. Texto para Discussão no. 807, IPEA, RJ.

Hoffmann, R. 2001. Distribuição da Renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco. In Economia Social no Brasil. Ed. L. Dowbor e S. Kilsztajn, Editora SENAC.

Homem de Melo, F. 2003. “A Abertura Comercial e o Papel dos Aumentos de Produtividade na Agricultura Brasileira.” (mimeo). Faculdade de Economia e Administração , FEA/USP.

Homem de Melo, F. 2003. “A Liberalização Comercial e a Agricultura Familiar no Brasil.” (mimeo). Faculdade de Economia e Administração , FEA/USP.

ILO. 1996. Child Labour: Targeting the Intolerable. International Labour Organisation Publications, Geneva, pp123.

Kassouf, A L. 2002. Aspectos Sócio-econômicos do Trabalho Infantil no Brasil. Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos Humanos. Brasília, DF.

Levison, D., J. Hoek, D. Lam, e S. Duryea. 2002. “Implications of Intermittent Employment for Child Labor Estimates.” Working paper. University of Minnesota. Hubert H. Humphrey Institute of Public Affairs, Minneapolis.

Organização Internacional do Trabalho. 2002. Every Child Counts, IPEC, Genebra, Suíça.

Peres, A. 2002. A Caminho da Escola. 10 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil. Instituto Souza Cruz.

Yap, Y, Sedlaceck G., Orazem, P. F. 2001. “Limiting Child Labor Through Behavior-Based Income Transfers: An Experimental Evaluation of the PETI Program in Rural Brazil.” (mimeo).







the same time, the authors also found that the use of the Internet in the workplace is associated with a decrease in the use of mobile phones.

It is interesting to note that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of the Internet. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and the Internet is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of the Internet.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of e-mail. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and e-mail is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of e-mail.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of instant messaging. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and instant messaging is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of instant messaging.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of video conferencing. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and video conferencing is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of video conferencing.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of social networking sites. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and social networking sites are used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of social networking sites.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of cloud computing. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and cloud computing is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of cloud computing.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of big data. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and big data is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of big data.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of artificial intelligence. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and artificial intelligence is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of artificial intelligence.

the same time, the authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of artificial intelligence.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of virtual reality. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and virtual reality is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of virtual reality.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of augmented reality. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and augmented reality is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of augmented reality.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of blockchain. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and blockchain is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of blockchain.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of quantum computing. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and quantum computing is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of quantum computing.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of nanotechnology. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and nanotechnology is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of nanotechnology.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of space exploration. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and space exploration is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of space exploration.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of renewable energy. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and renewable energy is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of renewable energy.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of artificial intelligence. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and artificial intelligence is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of artificial intelligence.

The authors also found that the use of mobile phones in the workplace is associated with a decrease in the use of artificial intelligence. This may be due to the fact that mobile phones are used for communication and artificial intelligence is used for information. Therefore, the use of mobile phones may be a substitute for the use of artificial intelligence.



Organização Internacional do Trabalho  
Programa Internacional para Eliminação  
do Trabalho Infantil - IPEC

